

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

Eloisa Barreto Klein

**FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A TRANSIÇÃO
DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO NO ENSINO DE
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE NÍVEL
FUNDAMENTAL.**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis – SC.

**FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A TRANSIÇÃO
DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO NO ENSINO DE
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE NÍVEL
FUNDAMENTAL.**

Eloisa Barreto Klein

Coordenador: José Carlos Espíndola

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: _____

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (UFSC)

Membro: _____

Professora Dra. Raquel M. F. do Amaral Pereira (UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. José Messias Bastos (UFSC)

Florianópolis, 21 de agosto de 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, esposo e filhos, pelo incentivo e pela compreensão nos momentos em que estava ausente. Principalmente agradeço ao professor orientador Marcos Aurélio da Silva por ter me aceitado como aluna especial, pela tão valiosa orientação deste trabalho e pela dedicação e comprometimento com o meu processo de aprendizagem, fazendo com que eu diferenciasses na questão da transição, os referenciais marxistas das demais concepções teóricas. Aos componentes da banca de qualificação, professora Raquel M.Fontes do Amaral Pereira e professor José Messias Bastos, pelas orientações as quais me possibilitaram novas leituras desta temática no campo educacional. Aos demais colegas do mestrado pela solidariedade e troca de experiências contribuindo, também, para a continuidade deste trabalho. Aos educadores a entrevistados que, através de suas, ofereceram valiosas informações e proporcionaram novas reflexões acerca da temática da Transição.

A teorização depende de um esforço de generalização e de um esforço de individualização. A generalização nos dá a listagem de possibilidades; a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam.

Milton Santos

RESUMO

A pesquisa teve por finalidade verificar, nos livros didáticos de História e Geografia do Ensino Fundamental, bem como em entrevistas com professores, as diferentes explicações utilizadas em sala de aula sobre a importante temática da transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, ocorrida no continente europeu entre os séculos XI e XVIII. A recorrência do ensino desta temática nas citadas disciplinas, de forma direta ou tangencialmente, foi entendida como um indicador da valorização de um tema de extrema importância para a compreensão do mundo em que vive o aluno nos mais diferentes quadrantes, mundo este hoje hegemônico pelo modo de produção capitalista. Os critérios de escolha dos livros didáticos analisados estão contidos no PNL D de 2008, no qual os avaliadores do MEC atribuem conceitos para orientar os educadores na escolha dos mesmos. Constatou-se que os modelos explicativos mais presentes nos livros didáticos e nas abordagens dos professores são os modelos mercantil e demográfico, ambos submetidos a forte crítica nos debates que se seguiram nas décadas de 1950 e 1970 entre autores marxistas e não marxistas. A fundamentação teórica da pesquisa esteve apoiada na categoria de formação sócioespacial, pioneiramente teorizada por Milton Santos, e que aqui se tomou como um elemento teórico central para os estudos (históricos e geográficos) que buscam apoio na teoria marxista. Nesse sentido, teóricos marxistas como Maurice Dobb, Paul Sweezy, Ellen Wood, Robert Brenner, R. H. Hilton, entre outros que tomaram parte no amplo debate acima referido, figuraram como crucial para balizar a análise por nós proposta. Do mesmo modo, ao fazer uma breve incursão, nas páginas conclusivas, sobre a transição ao capitalismo no Brasil à luz do referido debate, a pesquisa apresentou alguns elementos da obra do geógrafo Armen Mamigonian, de estreita conexão com a matriz teórica utilizada.

ABSTRACT

The research aimed to verify, in the textbooks of history and geography of elementary school, as well as interviews with teachers, the various explanations used in the classroom on the important issue of transition from the feudal mode of production to the capitalist mode of production that occurred in continental Europe between the eleventh and eighteenth century. The recurrence of this issue of education in the aforementioned subjects, either directly or tangentially, was seen as an indicator of recovery is a subject of extreme importance for understanding the world in which the student lives in many different quarters, this world today hegemonised the way capitalist production. The criteria for selecting the textbooks examined are contained in PNLD 2008, in which the evaluators MEC attribute opinions to guide educators in choosing the textbooks.

It was found that most current models present in textbooks and teachers' approaches are the trade and demographic model, both submitted to strong criticism in the debates that followed in the 1950s and 1970s between Marxist authors and non-Marxist. The theoretical research was supported in the category of socio-space training, pioneered theorized by Milton Santos, and here was taken as an element central to theoretical studies (historical and geographical) who seek support in Marxist theory. In this sense, Marxist theorists such as Maurice Dobb, Paul Sweezy, Ellen Wood, Robert Brenner, R. H. Hilton, among others who took part in the extensive discussion above, figured as crucial in gauging the analysis we have proposed. Similarly, when making a brief incursion, in the concluding pages, on the transition to capitalism in Brazil in the light of that debate, the research presented some elements of the work of geographer Armen Mamigonian in close connection with the theoretical matrix used.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 Mapa de localização dos modos de produção na Europa ocidental..... | 82 |
|--|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 1- Formação Profissional, Tempo de trabalho e livro didático utilizado..... | 18 |
| QUADRO 2- Identificação da transição feudalismo/capitalismo..... | 21 |
| QUADRO 3- Identificação de conceitos/conteúdos históricos geográficos nos livros didáticos..... | 24 |
| QUADRO 4- Os Livros Selecionados para a pesquisa..... | 59 |
| QUADRO 5- Interpretação da Transição nos Livros Didáticos..... | 123 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FES - Formação Econômica e Social

MEC – Ministério de Educação e Cultura

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I: ENTREVISTA COM OS EDUCADORES..... | 15 |
| 1.2: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS ENTREVISTAS | 28 |
| CAPÍTULO II: OS LIVROS DIDÁTICOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL..... | 32 |
| 2.1: O TEMA DA TRANSIÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS | 37 |
| 2.2: A TRANSIÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA | 46 |
| 2.3: A TRANSIÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA..... | 58 |
| 2.4: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRANSIÇÃO FEUDALISMO/ CAPITALISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS..... | 73 |
| CAPÍTULO III: A TRANSIÇÃO: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICA | 81 |
| 3.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TEMÁTICA PESQUISADA..... | 103 |
| 3.2: CONSIDERAÇÕES FINAIS | 105 |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA | 117 |
| ANEXOS | 122 |

INTRODUÇÃO

A Transição do Feudalismo para o Capitalismo é a temática central dessa dissertação. Esse estudo expressa uma possibilidade de análise das abordagens explicativas para o período histórico de transição entre os modos de produção feudal e capitalista, presentes nos livros didáticos destinados ao ensino fundamental.

De maneira sucinta, pode-se caracterizar o período denominado de transição do feudalismo para o capitalismo como a etapa em que ocorria a passagem da lógica da servidão para a da exploração do trabalho assalariado, quando uma nova estrutura de classe estava se formando, embora existisse a estrutura feudal. Durante o período de transição foram se estruturando novas formações sociais impulsionadas pela acumulação primitiva, pelas lutas de classes, pela divisão do trabalho capazes de destruir as antigas relações sociais e produtivas vigentes no sistema feudal.

Essa passagem ocorreu na Europa ocidental e duraram séculos sendo que a partir do século XVII, com a revolução burguesa inglesa, o modo de produção capitalista se consolidou.

O presente estudo emergiu das reflexões realizadas nas disciplinas “Nações e Regiões: trajetórias do desenvolvimento” e “As origens do capitalismo: uma leitura a partir da categoria de formação sócio-espacial”, ministradas pelo professor Marcos Aurélio da Silva.

A análise foi aplicada aos livros didáticos de Geografia e História do Ensino Fundamental. A escolha dos livros a serem investigados na pesquisa, assim como os critérios para a seleção dos mesmos, teve como base as recomendações do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). A entrevista com os educadores de Geografia e História permitiu reconhecer, também, as distintas abordagens explicativas sobre essa questão e, assim, identificar a opção teórica contida nos livros didáticos que são utilizados na rede pública de ensino estadual. O suporte

teórico para a identificação do problema da transição está ancorado na categoria marxista de formação sócio-espacial e nela está contido o conceito de pequena produção mercantil.

Esta dissertação foi estruturada em três etapas, que são as seguintes: 1) Entrevista com os educadores, 2) Os Livros didáticos no contexto educacional e, 3) A Transição: uma discussão histórica.

Cada título foi dividido em subtítulos para fins didáticos, de maneira que o estudo da questão se tornasse mais compreensível, tanto para o pesquisador quanto para os leitores.

A entrevista com os professores de Geografia e História, além de priorizar como a questão da transição é trabalhada, também buscou saber se os educadores desta área do conhecimento estão informados acerca do debate sobre a transição iniciado, na Europa, pelos teóricos marxistas Maurice Dobb (1986) e Paul Sweezy (2004), entre os anos de 1950 e 1953. Buscou-se saber, também, se os educadores tinham conhecimento da continuidade do debate sobre a transição, retomado por Robert Brenner (1988), a partir de 1970.

Na segunda parte do trabalho apresenta-se uma relação entre a investigação da temática nos livros didáticos selecionados e os modelos teóricos explicativos sobre os fatores responsáveis pela transição. Procurou-se situar, inicialmente, a utilização do livro didático no contexto educacional e, assim, ressaltar o interesse dos autores e das editoras quanto à escolha dos mesmos, por parte dos educadores.

Ainda nessa etapa do trabalho foram retiradas dos livros didáticos pesquisados as interpretações sobre o declínio feudal e/ou a origem do capitalismo. A pesquisa traz alguns exemplos de abordagem dessa temática para demonstrar como os autores enfocam este período histórico.

Desse modo, o reconhecimento das abordagens explicativas sobre a desintegração feudal e o início do capitalismo nos livros didáticos analisados e a resposta dos entrevistados, bem como as leituras sobre a questão da transição permitiram ampliar a compreensão sobre as origens do capitalismo.

O modelo explicativo mais evidente, nos livros didáticos, é o que prioriza

incremento do comércio como o principal fator responsável pelo declínio do mundo feudal. Todavia é preciso diferenciar as abordagens conceituais referentes à Transição.

Neste sentido reconhece-se a importância de se pesquisar essa temática, também nos livros didáticos, pois estes materiais são considerados auxiliares no processo de ensino e aprendizagem. Estes recursos pedagógicos, muitas vezes, sustentam todo o conteúdo desenvolvido durante a formação educacional.

Ainda a respeito do livro didático vale lembrar que

Criticado por muitos, aceito por outros, como parte do trabalho de ensino/aprendizagem, o livro didático distribuído pelo Ministério da Educação pode ser e muitas vezes é, o único material impresso utilizado, lido e manuseado por estudantes e professores nas periferias de baixa renda ou nas escolas rurais (PELUSO in SPOSITO, 2006, p.127).

A ênfase da investigação sobre o período de transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista está na importância de conhecer a literatura sobre as origens do capitalismo e, assim, desmistificar algumas “verdades”, trabalhadas em sala de aula, tais como: que capitalismo é sinônimo de comércio, que o capitalismo se originou nas cidades, ou ainda, que esse modo de produção surgiu naturalmente.

Com base na análise das abordagens explicativas sobre esse período histórico reconhece-se a categoria de análise marxista como o modelo teórico mais adequado para se compreender a formação do modo de produção capitalista. A compreensão da transição, a partir do referencial marxista, justifica-se diante da importância que Marx atribui à luta de classes para a história.

A escolha do livro didático, por parte do professor, nem sempre está argumentada pelos referenciais teóricos adequados, capazes de sustentar as explicações para o aparecimento das formações sociais, embasadas no modo de produção e sua historicidade.

Sabe-se que o mercado editorial acumula ganhos a partir da venda dessa

mercadoria, o livro didático, fato que justifica, também, a importância de estudos acadêmicos sobre esta temática.

O registro e identificação dos modelos explicativos para a desestruturação do mundo feudal, fio condutor dessa dissertação, teve a finalidade de diferenciá-los e destacar o pequeno modo de produção como a via realmente revolucionária para a passagem para o modo de produção capitalista.

Nas considerações finais é apresentada uma síntese do trabalho, articulada à literatura marxista e, por último, uma breve comparação entre as formações sociais européias e a formação social brasileira.

CAPÍTULO I: ENTREVISTA COM OS EDUCADORES

A entrevista realizada com os professores de Geografia e História do Ensino Fundamental teve como principal objetivo saber se os mesmos identificam a questão da transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista nos livros didáticos utilizados. Teve-se, também, a preocupação de apontar se os educadores utilizam a categoria marxista de formação sócio-espacial, paradigma que considera a totalidade social na perspectiva geográfica e histórica. As respostas dos educadores sobre a identificação dos conceitos/conteúdos sobre o declínio feudal nos livros didáticos por eles utilizados foram de suma importância para a investigação da temática proposta.

Neste sentido, foi elaborado um roteiro com questões que foram respondidas pelos educadores que atuam nas disciplinas de Geografia e História. Além de indagar se os educadores trabalham o período de transição feudal/capitalismo, o roteiro teve o objetivo de examinar se estes conhecem o debate sobre a transição e qual concepção pedagógica está presente em sua metodologia, no que se refere à identificação desse conteúdo nos textos didáticos.

Outro ponto fundamental da pesquisa foi, através da coleta de dados, identificar nas respostas dos entrevistados se eles explicam a transição feudalismo/capitalismo por intermédio de um fator desintegrador ou por intermédio de vários fatores desintegradores do sistema feudal. Também se buscou examinar nas respostas dos educadores se a metodologia utilizada na abordagem do conteúdo enfatiza o desenvolvimento regional desigual que ocorreu no continente europeu a partir do século XI.

Foram entrevistados doze professores de Geografia e História da rede pública estadual¹. Os professores atuam nas seguintes escolas de Florianópolis/SC:

¹ A coleta de dados ocorreu no segundo semestre de 2007, o roteiro da entrevista está anexado à dissertação.

- E.E.B. José Boiteux, localizada no bairro Estreito;
- E.E. Getúlio Vargas, localizada no bairro Saco dos Limões;
- E.E.B. Prof. Anibal Nunes Pires, localizada no bairro Capoeiras;
- Colégio Aderbal Ramos da Silva localizada no bairro Estreito.

Dos doze educadores entrevistados, nove tem formação em Geografia e três educadores têm formação em História; sendo que um deles tem formação em Geografia e História.

Foram elaboradas onze questões para os entrevistados responderem. Apenas uma questão era objetiva sendo que dela contam vários conceitos/conteúdos trabalhados em ambas as áreas do conhecimento. As demais perguntas exigiam respostas discursivas para que o educador oferecesse informações mais específicas para a pesquisa proposta (ver as questões da entrevista em anexo).

A análise das respostas dos entrevistados permitiu a elaboração de três blocos de informações a partir dos quais foram feitos três quadros a fim de facilitar a visualização das informações obtidas.

Quadro nº1: Formação Profissional, Tempo de trabalho e livro didático utilizado.

Quadro nº2: Identificação da transição feudalismo/capitalismo.

Quadro nº3: Identificação de conceitos/conteúdos históricos geográficos nos livros didáticos.

O 1º bloco de perguntas abria com a indagação acerca do nome do entrevistado. A resposta, contudo, era opcional para garantir que a contribuição do educador tivesse um caráter científico. A fim de delimitar a pesquisa, a segunda, a terceira e a quarta pergunta ofereciam a oportunidade do educador responder sobre sua formação profissional, seu tempo de trabalho com a disciplina e a Instituição em que atua.

Assim, com base nas respostas, a formação profissional dos doze

entrevistados está assim caracterizada:

- Dois são mestres, um em Geografia e outro em História;
- Dois possuem pós – graduação;
- Cinco têm formação de licenciatura em Geografia;
- Um tem licenciatura em Geografia e História e
- Dois dos entrevistados tem formação em História.

Em se tratando do tempo em que os educadores trabalham com a disciplina da sua formação pedagógica, este varia entre quatro anos a dezessete anos de prática pedagógica. A Instituição em que os educadores atuam não está contemplada no quadro de respostas já que este não era o foco da pesquisa.

Na quinta pergunta, ao serem interrogados se analisam os textos dos livros didáticos antes de utilizá-los, todos os professores responderam afirmativamente, assegurando que analisam os textos e os exercícios dos livros didáticos a serem utilizados.

Na pergunta número seis, o entrevistado deveria citar qual o livro didático que utiliza. De acordo com os entrevistados, os autores e livros didáticos mais utilizados são:

- Geografia, de Sonia Castellar e Valter Maestro, produzido pela Quinteto editorial;
- Geografia critica, de J. William Vessentini e Vania Vlach, produzido pela Ática;
- Projeto Araribá: Geografia (editora responsável: Virginia Aoki) produzido pela editora Moderna;
- Projeto Araribá: História (editora responsável: Maria R. Apolinário Melani), produzido pela editora Moderna.

Ainda em relação à sexta pergunta destaca-se que apenas um dos entrevistados não utiliza um único livro didático, dizendo que faz uso de vários

livros didáticos para planejar suas aulas.

Quadro nº1: Formação Profissional, Tempo de trabalho e livro didático utilizado.

| Entrevistado | Formação | Tempo de Trabalho | Analisa textos e exercícios | Livros didáticos que utiliza |
|--------------|--|-------------------|--|-----------------------------------|
| 01 | Geografia: Mestrado. | 13 anos. | Sim. | Sonia Castellar e Valter Maestro. |
| 02 | História: Mestrado. | 13 anos. | Sim, mas não utiliza os exercícios do livro. | Figueira, Divalte Garcia. |
| 03 | Pós Graduação em Geografia. | 17 anos. | Sim. | Não utiliza livro didático. |
| 04 | Pós Graduação em Geografia. | 09 anos. | Sim. | Sonia Castellar e Valter Maestro. |
| 05 | Geografia: Bacharel e Licenciatura. | 12 anos. | Sim. | Projeto Araribá Geografia. |
| 06 | Geografia: Licenciatura. | 08 anos. | Sim. | J.W. Vessentini e Vania Vlach. |
| 07 | Geografia: Licenciatura. | 08 anos. | Sim. | Projeto Araribá Geografia. |
| 08 | História: Licenciatura. | 15 anos. | Sim. | Não utiliza livro didático. |
| 09 | L.P em Geografia, L.C em História. | 07 anos. | Sim. | J.W. Vessentini e Vania Vlach. |
| 10 | História: Licenciatura. | 04 anos | Sim. | Projeto Araribá Historia. |
| 11 | Geografia: Licenciatura. | 04 anos | Sim. | Projeto Araribá Geografia. |
| 12 | Geografia: Licenciatura. | 07 anos. | Sim. | Recomendados pelo MEC. |

Elaboração da autora.

No segundo bloco constam as respostas relativas à identificação da temática da transição feudalismo/capitalismo nos livros didáticos utilizados, assim como o conhecimento, ou não, dos autores dedicados nos estudos desta questão, como M. Dobb, P. Sweezy e R. Brenner. Nele contam, também, as respostas dos educadores sobre a possibilidade de explicar a transição a partir das diferenças regionais europeias, questão relacionada à pergunta nº11, visto que esta resposta também é uma resposta dissertativa, decidiu-se agrupar com as demais respostas dissertativas.

Perguntado se o livro didático adotado por ele trabalha sobre a temática da transição, pergunta nº sete, assim responderam:

- seis dos entrevistados afirmaram que o livro didático, por ele utilizado, não apresenta explicações sobre o período de transição entre o feudalismo e o capitalismo;

- quatro responderam que o livro didático traz a transição;

- dois afirmaram que este assunto é abordado em parte.

O entrevistado nº2 deixa claro que a transição é explicada através do surgimento do capitalismo mercantil e os entrevistados nº5 e nº10 apontaram que os autores dos livros didáticos trazem o capitalismo comercial como principal explicação para a desestruturação feudal.

No que se refere ao debate de M.Dobb, P. Sweezy, iniciado entre os anos 1950 e 1953, pergunta nº oito, as respostas foram às seguintes:

- dez dos entrevistados afirmaram desconhecer a literatura destes autores sobre a transição;

- um entrevistado registrou ter conhecimento do debate;

- um dos entrevistados respondeu que tem conhecimento da literatura sobre a transição, mesmo que de modo sucinto.

A pergunta nº nove pretendia saber se os educadores conheciam o debate de R. Brenner sobre essa temática, as respostas dos entrevistados assim expressaram:

- onze responderam que desconhecem esse debate;
- um respondeu que tem conhecimento do debate.

Ainda, neste bloco de pergunta contam as respostas relativas à pergunta nº onze onde se pede para julgar se é possível explicar as diferenças regionais existentes na Europa a partir de uma discussão sobre as formas de transição feudalismo/capitalismo.

Os educadores se manifestaram da seguinte maneira:

- oito concordaram que se podem explicar as diferenças regionais existentes na Europa a partir de uma discussão sobre as formas de transição feudalismo/capitalismo;
- um dos entrevistados afirmou não ter conhecimento do assunto;
- um declarou que “em parte” é possível explicar as diferenças regionais;
- um dos entrevistados não respondeu claramente a questão;
- um entrevistado registrou que não é possível explicar as diferenças regionais existentes na Europa a partir de uma discussão sobre as formas de transição feudalismo/capitalismo, justificando que “a historia seria reducionista”.

Merece destaque, ainda, as respostas dos entrevistados nº 5 e nº 6:

Sim, porque o sistema feudal tinha suas singularidades regionais e a transição se deu de modo diferente e de acordo com a particularidade de cada povo.

Sim, mas os livros de Geografia não aprofundam esse assunto.

Quadro nº2: Identificação da transição feudalismo/capitalismo.

| Entrevistado | Livro que utiliza apresenta a transição/ Como? | Conhece o debate entre Dobb e Sweezy? | Conhece o debate de Brenner? | É possível explicar as diferenças regionais europeias a partir da transição? |
|---------------------|---|--|-------------------------------------|---|
| 01 | Em parte: artesanato/manufatura/indústria. | Não. | Não. | Em parte, ou em alguns aspectos sim. |
| 02 | Um pouco, comentando a crise do feudalismo e a formação do capitalismo mercantil. | Não. | Não. | Não tem conhecimento sobre o assunto. |
| 03 | Não. | Não. | Não. | Sim, as diferenças regionais poderiam ser explicadas pela transição. |
| 04 | Não. | Não. | Não. | Sim, pois as diferenças nascem dos vários processos transitórios. |
| 05 | Sim superficial, mostrando o surgimento da moeda e a intensificação do comércio. | Sim. | Não. | Sim, porque o sistema feudal tinha suas singularidades regionais e a transição se deu de modo diferente e de acordo com a particularidade de cada povo. |
| 06 | Não. | Não. | Não. | Sim, mas os livros de Geografia não aprofundam esse assunto. |
| | Não. | Não. | Não. | Sim, devido as |

| | | | | |
|----|--|-------------------------------|------|---|
| 07 | | | | singularidades de cada formação. . |
| 08 | Sim, apresentando a mudança de sistema econômico. | Não. | Não. | Não, a História seria economicista (reducionista). |
| 09 | Não. | Não. | Não. | Sim, explicaria de modo mais detalhado. |
| 10 | Sim, através da expansão marítima e capitalismo comercial. | Não. | Não. | Sim, até porque o feudalismo se desenvolveu de maneiras diferentes na Europa. |
| 11 | Não. | Não. | Não. | Se analisarmos por este prisma iremos chegar num ponto de encontro entre o feudalismo, o capitalismo e a evolução das sociedades européias. |
| 12 | Sim, relatando a sua historicidade e época. | Sim, em parte, tenho o livro. | Sim. | Sim, evidente que podemos relacionar com os fatos da transição para exemplificar a divisão social-territorialidade. |

Elaboração da autora.

O terceiro bloco é formado pelas respostas das perguntas das questões objetivas. Nele é possível saber se os entrevistados identificam a desintegração feudal nos conteúdos/conceitos históricos geográficos nos livros didáticos por eles utilizados. As respostas foram transformadas em porcentagem para facilitar a leitura da concepção de ensino e aprendizagem adotada pelo educador e, dentro desta mesma lógica, procurou-se saber o que o educador identifica em relação à desintegração feudal nos livros didáticos apontados como recurso pedagógico por ele utilizado.

Assim vale destacar que 50% dos educadores, ou mais, identifica que os livros didáticos trazem os seguintes conceitos/conteúdos:

- O espaço geográfico é mostrado de modo homogêneo;
- Apresenta diferentes geografias destacando a singularidade dos locais;
- Faz comparações das diferenças entre os países;
- Considera as lutas de classe nas formações sócio-espaciais;
- Relaciona conflitos com desigualdade social;
- Explica que os espaços geográficos são delimitados pelas relações sociais;
- O declínio do mundo feudal resultou na formação do capitalismo;
- O desenvolvimento do comércio foi responsável pelo declínio feudal.

Também se pode ver que 50%, ou mais, dos entrevistados identificam que os livros didáticos não trazem os seguintes conceitos/conteúdos:

- Apresenta diferentes geografias destacando a singularidade dos locais;
- O declínio do mundo feudal resultou na formação do capitalismo;
- Na Idade Média não havia “um motor” que dava dinamismo a sociedade ou se tratava de uma sociedade estática.

Quadro nº3: Identificação de conceitos/conteúdos históricos geográficos nos livros didáticos (amostragem).

| Conceitos / Conteúdos | Sim | Não |
|---|------------|------------|
| O espaço geográfico é mostrado de modo homogêneo | 75% | 25% |
| Apresenta diferentes geografias destacando a singularidade dos lugares | 50% | 50% |
| Faz comparações das diferenças entre os países | 91.6% | 9.33% |
| Considera as lutas de classe nas formações sócio-espaciais | 91.6% | 9.33% |
| Relaciona conflitos com desigualdade social | 91.6% | 9.33% |
| Explica que os espaços geográficos são delimitados pelas relações sociais | 83.3% | 16.6% |
| O declínio do mundo feudal resultou na formação do capitalismo | 50% | 50% |
| O desenvolvimento do comércio foi o responsável pelo declínio feudal | 66.6% | 33.4% |
| Na Idade Média não havia “um motor” que dava dinamismo a sociedade (ou se tratava de uma sociedade estática). | 44.6% | 58.3% |

Elaboração da autora.

1.1: COMO OS EDUCADORES VEEM A TRANSIÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E HISTORIA

Através da análise das respostas dos entrevistados foram detectadas algumas informações que permitiram um melhor entendimento dos modelos explicativos sobre o período histórico denominado de Transição.

Inicialmente ressalta-se que a grande maioria dos entrevistados desconhecia os debates sobre a transição, assim como a literatura de Maurice Dobb, Paul Sweezy e Robert Brenner sobre essa temática.

Assim quando perguntado se o livro didático que ele utiliza apresenta explicações para o período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, pergunta relativa à questão nº 7, merece reflexão as seguintes afirmações:

Um pouco, comentando a crise do feudalismo e a formação do capitalismo mercantil (entrevistado nº2);

Sim, superficial, mostrando o surgimento da moeda e a intensificação do comércio (entrevistado nº 5);

Sim, através da expansão marítima e capitalismo comercial (entrevistado nº10).

Entende-se que os autores dos livros didáticos que explicam o declínio do feudalismo de acordo com essa perspectiva teórica trazem explicações referentes ao modelo mercantil. Nesta perspectiva teórica consideram o renascimento comercial ocorrido na Europa ocidental, depois de 1100, e que a decorrente circulação de mercadorias e de dinheiro desestruturou a economia auto-suficiente dos feudos. Sobre essa interpretação explicita-se que “A interpretação tradicional carece claramente de uma análise das relações internas do feudalismo como um modo de produção e da parte por elas desempenhada na determinação da desintegração ou sobrevivência do sistema” (DOBB, 1986 p.31).

Assim, ficou constado que os educadores, de modo geral, identificam que os livros didáticos apresentam o capital comercial como explicação para o

surgimento do sistema capitalista, mas desconhecem os debates marxistas sobre a transição feudalismo/ capitalismo.

As respostas relativas à questão nº 10 expressam, de maneira mais direcionada, a leitura que os educadores fazem da transição nos livros didáticos que eles utilizam em sua prática pedagógica.

Reconhecem os educadores (75%) que os livros didáticos mostram que o espaço geográfico é homogêneo. Compreende-se que isto faz com que o paradigma mecânico seja reforçado enquanto que 25% dos entrevistados escreveram que os autores das produções didáticas não trabalham com a concepção de um espaço geográfico homogêneo.

Registrou-se, sinteticamente, que em relação às seguintes perguntas: “apresenta diferentes geografias destacando a singularidade dos lugares” e “o declínio do mundo feudal resultou na formação do capitalismo”, 50% dos entrevistados responderam que os livros didáticos trazem esses conceitos/ conteúdos, enquanto 50% admitem que os autores dos textos didáticos não apresentam este assunto.

Verifica-se que mesmo que os educadores apontem nos textos didáticos a quase inexistência da ênfase nas diferenças regionais européias mais evidentes no fim do feudalismo, eles afirmaram que alguns autores trazem diferentes geografias, assim como suas respectivas singularidades.

De acordo com as afirmações dos educadores é possível constatar que os textos didáticos tendem para apresentar tanto uma visão de homogeneidade do espaço geográfico quanto oferecer possibilidades de reflexão sobre as distintas formações sociais. E nesta mesma lógica, 50% dos autores citados, consideram a formação do capitalismo como uma sequência “natural”, decorrente da desintegração do sistema feudal.

As perguntas sobre “faz comparações das diferenças entre os países/ considera as lutas de classe nas formações sócio-espaciais/ relaciona conflitos com desigualdade social”, 91.6% dos educadores expressaram que os autores trazem nos livros didáticos esses conceitos/ conteúdos e somente 9.33% dos entrevistados afirmaram que estes assuntos não estão contidos nos livros

didáticos que eles utilizam.

Neste ponto, verifica-se a tendência dos autores oferecerem aos professores de Geografia e História uma perspectiva de aprendizagem dialética, o que possibilita encontrar respostas para entender o desenvolvimento desigual do capitalismo.

Indagados se os textos didáticos trazem que “o desenvolvimento do comércio foi responsável pelo declínio feudal”, 66.6% responderam que sim e 33.4% afirmaram que os livros didáticos que eles fazem uso não trazem esse conceito/conteúdo.

Constata-se, de acordo com os dados coletados, que o debate acadêmico sobre a transição ainda não avançou para os textos didáticos, pois persiste a idéia de apenas um agente desintegrador da sociedade feudal, sendo que os demais fatores que resultaram da desestruturação do antigo modo de produção não são considerados como responsáveis pelo processo que resultou na formação do modo de produção capitalista.

Na última pergunta objetiva 41.6% dos educadores responderam que nos livros didáticos que eles trabalham pode-se constatar que “na Idade Média não havia “um motor” que dava dinamismo ou se tratava de uma sociedade estática” e 58.3% dos educadores escreveram que os autores não mencionam esse assunto.

Esta resposta revela a existência do paradigma mecanicista, mesmo que em menor proporção, pois pelas respostas anteriores constatou-se a presença de alguns elementos contidos na categoria de análise marxista. Entretanto, se a ênfase não está na dinamicidade do sistema, dificulta-se o entendimento do antigo modo de produção embasado na transformação das relações de produção.

Como já foi mencionado, as informações fornecidas pelos educadores de Geografia e de História foram de grande valia para essa pesquisa.

O reconhecimento dos elementos responsáveis pela desintegração do modo de produção feudal nos livros didáticos revela a opção teórica dos autores e, na maioria das vezes, revelam a perspectiva de aprendizagem dos educadores visto que estes textos constituem o suporte básico da sua metodologia.

Assim, a identificação ou a inexistência dos fatores responsáveis pela

formação do capitalismo podem nos revelar as abordagens teóricas contempladas nos textos didáticos. Sabe-se que, mesmo de modo inconsciente, o educador dá continuidade em sua prática pedagógica ao modelo explicativo defendido pelos autores dos livros didáticos.

1.2: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS ENTREVISTAS

Reafirma-se que as entrevistas realizadas com os professores de Geografia e História representaram uma importante alternativa metodológica para se estudar a questão da transição do feudalismo para o capitalismo. A opção por entrevistar professores da rede pública, decorre da minha própria formação em escola pública e do reconhecimento da importância de envolver os educadores nos debates acadêmicos. Igualmente, reconhece-se que a formação continuada representa uma possibilidade para que o educador acompanhe as discussões teóricas acadêmicas, no caso, o debate sobre a transição.

Nesta perspectiva, a pesquisa foi realizada com educadores de Geografia e História que atuam em escolas públicas de Florianópolis, cujas respostas representam uma amostragem de como eles vêem a transição do feudalismo para o capitalismo nos livros didáticos que utilizam em sua prática pedagógica.

As questões foram elaboradas, também, com a preocupação de saber se os educadores conheciam a produção acadêmico-científica de M.Dobb (1986), P.Sweezy (2004) e R.Brenner (1988), pesquisadores que trabalham com a temática da transição do feudalismo ao capitalismo, porém foi constatado o desconhecimento desta literatura por parte dos educadores.

Sublinha-se que as respostas dos entrevistados não apresentam um caráter puramente estatístico, pois a proposta consistia em detectar em qual modelo

teórico explicativo sobre a transição encontrava-se a ênfase dada pelos educadores, quando trabalham essa temática.

Neste processo investigativo a finalidade, também, era desvendar se os conceitos/conteúdos estavam articulados à categoria de formação sócio-espacial.

A relevância do uso da categoria de formação sócio-espacial, utilizada como método interpretativo, está na exigência de se analisar uma sociedade através de estudos que recorrem, tanto à perspectiva geográfica quanto à histórica (SANTOS, 1979).

A partir das respostas dos educadores constatou-se que a acumulação de capital, considerada o principal impulso para a formação do capitalismo, é mostrado como um processo histórico articulado à organização de um espaço geográfico visto como homogêneo, ou seja, de acordo com essa abordagem as especificidades das formações sociais não são relevantes, dificultando, assim, o entendimento das diferenças regionais.

Sabe-se que o desenvolvimento regional-urbano no continente europeu não ocorreu de forma homogênea. As variações sócio-espaciais são decorrentes das formas diversificadas dos territórios delimitarem seu espaço social, político e econômico e, justamente o estudo dessas formações diferenciadas, explica os embriões do capitalismo em diversas regiões européias. Outrossim conhecer diferentes dinâmicas do período de transição permite reconhecer e explicar formações capitalistas, nos séculos posteriores, de países localizados em outros continentes.

Ao mesmo tempo em que os educadores relataram que os autores dos livros didáticos de Geografia e História consideram as lutas de classe nas formações sócio-espaciais e explicam que os espaços geográficos são delimitados pelas relações sociais, não confirmam que os autores explicam claramente que na Idade Média havia “um motor” que a impulsionava. Entretanto, se os autores dos textos didáticos deixam essa questão implícita, podem contribuir para que prevaleça a explicação de que “a sociedade feudal era estática” e de que “o capitalismo começou em função do capitalismo comercial”, teses amplamente questionadas no debate Dobb/Sweezy e por Brenner, como veremos.

Verifica-se nessa abordagem explicativa alguns elementos referentes a categoria de análise marxista, tais como lutas de classe, formação sócio-espacial e relações sociais. No entanto, estas categorias de análise não podem ser aplicadas numa perspectiva de uma sociedade estática, porque isso implica em desconsiderar que o declínio feudal decorreu das lutas de classe nas áreas rurais e urbanas, combinados à baixa produtividade e à pressão do senhor feudal para atender suas necessidades de obtenção de maiores rendas, bem como da expropriação camponesa (Dobb, 1986, Marx, 1984).

Sabe-se que os educadores, de um modo geral, são intelectuais que não criam teorias, apenas transmitem as já existentes. A repetição dos modelos teóricos, na maioria das vezes, acontece sem que a concepção teórica seja entendida e diferenciada. Tal situação pode ser resultante da falta de discussão da sua prática curricular.

Todavia, é notório que o educador influencia na produção de novos saberes. Portanto, a escola é o lugar onde os conceitos não podem ser trabalhados de modo acrítico. Cabe à escola transmitir o saber sistematizado, ou seja, não se trata de qualquer tipo de saber. A escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não espontâneo à cultura erudita, ou seja, à “episteme” que significa ciência, o conhecimento metódico e sistematizado. A escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que permitam o acesso ao saber elaborado, ao conhecimento científico (SAVIANI: 2008).

Ressalta-se que o reconhecimento dos modelos teóricos explicativos possibilita interpretar de modo mais explícito o lugar em que se vive. Também que a utilização do método de análise marxista possibilita enxergar as lutas de classe, a heterogeneidade, as relações sociais de uma formação social e, assim, fazer as intervenções necessárias capazes de emergir um novo modo de produção.

Em relação à passagem de um modo de produção ao outro é preciso considerar as características internas que levaram o declínio do feudalismo, como

o crescimento das cidades, as lutas de classes que ocorreram na Europa. Estes são elementos importantes para entender a formação sócio-espacial que foi se desenhando no espaço geográfico europeu.

A relevância da investigação fundamentada na categoria de formação espacial, derivada da categoria marxista de formação social está em evidenciar que

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS, 1979, p.14).

CAPÍTULO II: OS LIVROS DIDÁTICOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Na segunda etapa da dissertação, abordaremos a questão da transição do feudalismo para o capitalismo nos livros didáticos de Geografia e História. Foram extraídos e analisados alguns textos didáticos a fim de detectar ou identificar a concepção teórica contida e, posteriormente, procurou-se articular as abordagens teóricas à literatura marxista.

Os livros didáticos expressam, em suas produções textuais, as disputas sociais, políticas e econômicas articuladas às decisões e ações curriculares. Assim sendo a concepção pedagógica contida nos mesmos, a partir dos elementos implícitos e explícitos, representa a opção teórica dos autores para esboçar as relações de uma determinada estrutura social.

Os livros didáticos são capazes de influenciar na opinião e na formação educacional tanto dos educadores quanto dos educandos, portanto se faz necessário que haja uma reflexão sobre os conteúdos neles contidos e as atividades de aprendizagem propostas pelos autores.

Acredita-se que a questão da transição do feudalismo ao capitalismo, assim como os debates relacionados a essa questão precisam ultrapassar as barreiras acadêmicas e chegar aos livros didáticos, só assim se oferece uma alternativa para manter a continuidade da reflexão sobre os debates relacionados à questão da transição. Sobretudo se o estudo dos conteúdos geográficos e históricos permitirem abordagens explicativas sobre as relações que se estabelecem nas diversas formações sócio-espaciais.

Considera-se que é possível trabalhar com a categoria de formação sócio-espacial para entender que “a dinâmica de um espaço geográfico precisa ser compreendida a luz dos processos sociais que a engendraram, sem, contudo esquecer as características naturais que oferecem as bases para o desenvolvimento” (PEREIRA, 1986, p.101).

Essa reflexão se torna necessária tendo em vista que os livros didáticos de Geografia e História que destacam o tema da transição levantam poucos detalhes sobre esse período e que muitos autores tratam essa questão de modo superficial.

É importante reconhecer a carência de uma relação mais direta entre historiadores-professores e historiadores-autores de livros didáticos e editorias, “tarefa que supõe o envolvimento de todos esses agentes do processo educacional” (BEZERRA e LUCA in SPOSITO, 2006 p.51).

Deve-se lembrar que os critérios para a avaliação dos livros didáticos, de um modo geral, começaram a ser definidos a partir de 1995 pelas equipes de avaliadores. Os livros didáticos passam inicialmente por uma avaliação prévia do MEC (Ministério da Educação e Cultura), sendo posteriormente submetidos a uma avaliação dos profissionais das diferentes áreas. Encerrado o trabalho de avaliação é editado pelo MEC o Guia do Livro Didático para que os educadores escolham o livro didático que esteja mais coerente com a sua concepção de aprendizagem. Deste modo, num primeiro momento, o educador recebe os livros pré-selecionados, os quais contêm destaques e observações para facilitar a escolha dos livros que foram pré-selecionados por uma equipe de professores.

No entanto, esta “escolha” do livro didático a ser utilizado em sala de aula pode ser induzida pelos critérios apontados pelo MEC. Esta “indução” pode estar relacionada ao despreparo do educador em relação a um estudo mais crítico dos conteúdos apresentados nos livros didáticos, em especial de Geografia e História.

O processo avaliativo e a conseqüente escolha do livro didático, por parte do professor, muitas vezes “mostra as relações de tensão entre a defesa da coisa pública e os interesses particulares”, no sentido em que o ensino/aprendizagem sofre influência dos interesses lucrativos das editoras e dos autores e também das teorias e ideologias dos participantes (SPOSITO in SPOSITO, 2006 p.60).

Para contextualizar essa questão dos livros didáticos é pertinente fazer referência a coleção *Nova História Crítica*, de Schmidt (2001). Aprovada com ressalvas em 2002 e 2005 pelo PNLD², pois os avaliadores julgaram que "os

² O Guia de Livros Didáticos (PNLD 2008) apresenta os critérios e a metodologia da

recursos usados para facilitar a apresentação de sínteses explicativas resvalam no maniqueísmo e em uma visão muito simplificada dos processos e contradições sociais", mas, mesmo assim, estes avaliadores viram "grande potencial pedagógico", nos recursos da obra; "se bem aproveitados pelo professor".

Com o objetivo de responder sobre as interpretações equivocadas em relação a sua coleção, Schmidt (2007) se manifestou. É possível conhecer sua indignação em um artigo denominado "Globo pressiona e MEC retirará livro didático das escolas". Assim o professor "lembra que a escolha do livro didático é feita por um conjunto de professores e não pelo governo federal". Também afirmou que "O livro didático não é o único nem o primeiro livro didático brasileiro que questiona a permanência das estruturas injustas e que enfoca os conflitos sociais em nossa história".

Em outro artigo escrito por Ana Paula Sousa com o título de "A história como ela é", a autora, ao comentar sobre os livros didáticos afirma: "O pote de ouro do livro didático motiva uma guerra ideológica e comercial em torno do compêndio de história" (CARTA CAPITAL, 2007).

Sublinha-se que o livro didático é uma mercadoria de consumo auxiliar na construção do conhecimento. As coleções selecionadas, resultante das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Programa Nacional do Livro Didático, podem fazer com que o mercado editorial seja lucrativo para determinadas editoras e autores, pois as vendas correspondem há quase 60% do mercado livreiro³.

avaliação das obras analisadas realizada por especialistas nas áreas afins e enfatiza que o professor é quem escolhe qual recurso utilizará em sua prática pedagógica.

³ Para um estudo mais detalhado sobre o Mercado Editorial de Livros Didáticos pode-se consultar: MACIEL, Gisele Neves. AS INTERPRETAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO SUL DO BRASIL NOS LIVROS DIDATICOS DE GEOGRAFIA PNLD 2005/2007. Dissertação de Mestrado. PPGG. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

Retomando que o livro didático é, grosso modo, uma autoridade absoluta em sala de aula, sendo este muitas vezes o único recurso pedagógico disponível. O próprio PNLD 2008 - Guia de Livros Didáticos de Geografia, entretanto recomenda que: “o livro didático não deve se constituir no único material de ensino em sala de aula, mas pode ser uma referência nos processos de ensino e aprendizagem que estimule a curiosidade e o interesse para a discussão, a análise e a crítica dos conhecimentos geográficos” (PNLD, 2008 p.7).

O empenho em priorizar o estudo através de uma perspectiva que favoreça o processo de gênese e evolução das formações sócio-espaciais e, assim, compreender o período de transição entre o feudalismo e o capitalismo na abordagem marxista, considerada como mais adequada, implica numa reflexão científica sobre as transformações e as contradições dos momentos históricos.

Constata-se que, nos livros didáticos, o modelo explicativo prioriza o grande modo de produção comercial. Para melhor ilustrar esta problemática apresentamos um trecho de um livro didático de geografia da sétima série. No texto, o autor refere-se ao declínio do feudalismo com a seguinte explicação

Entre os fatores que contribuíram para o fim desse sistema estão o renascimento da atividade comercial e o desenvolvimento tecnológico. Com a evolução dos transportes, por exemplo, houve a possibilidade de um maior número de mercadores realizar o comércio, o que de certa forma incentivou o aparecimento das cidades (CASTELLAR, 2006, p.129).

Este é um exemplo de interpretação que não contempla uma análise fundamentada na categoria marxista de formação sócio – espacial/ pequeno modo de produção, na medida em que ela não considera as contradições existentes durante o período de desintegração feudal.

De um modo geral, a vertente mais comum para explicar a crise feudal

baseia-se no modelo circulacionista, ou seja, através da circulação das mercadorias o comércio, teria se ampliado tornando-se capaz de promover a fragmentação do modo de produção feudal, tendo como consequência à formação do capitalismo.

Em seu livro “A evolução do capitalismo”, Dobb (1986) critica o modelo circulacionista, fundamentado no capital comercial, alertando sobre a seguinte questão

Questionável, no entanto, é se a ligação era tão simples e direta como muitas vezes tem-se descrito, e se a ampliação do mercado pode ser admitida como tendo sido uma condição *suficiente* para o declínio do feudalismo – se uma explicação é possível em termos de que este é o fator único ou mesmo decisivo (DOBB, 1986, p.29).

Ao reconhecer e diferenciar a explicação decorrente do capital comercial (circulacionista), a explicação demográfica e a explicação que utiliza a categoria de análise marxista de formação sócio-espacial/ pequeno modo de produção, quando apresentadas nos textos didáticos, se oportuniza que o tema sobre a transição seja visto como uma pesquisa científica e não uma resposta ideológica.

Neste sentido faz-se necessário reconhecer as diferentes abordagens explicativas sobre o período de transição feudal/capitalista nos livros didáticos, visto que, estes recursos pedagógicos estão presentes em sala de aula mesmo que muitos educadores utilizem outros recursos tecnológicos, como vídeos educativos ou ainda oportunizem pesquisas via internet na própria escola.

Reconhece-se que os textos são importantes fontes de aprendizagem e muitas vezes ponto de referência, eles devem representar uma possibilidade de reflexão dos conteúdos curriculares sob diferentes perspectivas, ou seja, o educando não pode ter como única resposta para o período de transição entre o feudalismo e o capitalismo a explicação fundamentada pelo modelo mercantil.

Ainda a respeito dos livros didáticos de Geografia, mas é notório que vale para outros livros didáticos também, comenta Vânia Vlach que muitas vezes o autor

não se coloca como sujeito do pensar crítico acerca dos temas que desenvolve (por isso mesmo, retira-os do *programa oficial*), fica mais ou menos implícito que a realidade já está construída. É um dado objetivo e pronto, como o capitalismo que *naturalmente* permeia a nossa experiência. Assim, muitas vezes nem *atualizações* são feitas (a não ser as de ordem estatística) (VLACH, 1990, p.99).

Continuando a investigação sobre a temática da transição nos livros didáticos, foram selecionadas para análise cinco coleções de Geografia e cinco coleções de História do Ensino Fundamental. Procurou-se esclarecer, na próxima etapa do trabalho, as razões para a escolha destas coleções serem pesquisadas.

2.1: O TEMA DA TRANSIÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Sabe-se que a análise dos livros didáticos decorre de uma seleção prévia feita por equipe de especialistas das diferentes áreas do conhecimento do conteúdo curricular, sendo que os atuais os critérios utilizados pelos professores avaliadores estão fundamentados no Guia de Livros Didáticos (PNLD 2008) de Geografia e História do Ensino Fundamental.

O tema da transição feudalismo/capitalismo representa uma possibilidade para entender no contexto educacional a atualidade sócio-espacial das formações a partir das suas relações internas, articulada com as formações externas. Contudo, isto também depende da escolha do livro didático.

A literatura sobre o declínio feudal e o surgimento dos elementos pré-

capitalistas envolve várias discussões. No campo educacional, as várias abordagens coexistem com os diversos matizes de pensamento, cada qual com suas perspectivas teóricas.

Em conseqüência, também, no campo da Geografia e da História, entre os pensadores, existe uma diversidade de concepções a respeito da temática. No entanto, a maioria dos autores dos livros analisados nesta pesquisa, diz utilizar o referencial marxista, assim como os professores que lecionam estas disciplinas.

Todavia muitos conteúdos apresentados nos livros didáticos, grosso modo, desconsideram o período de transição feudalismo/capitalismo. Percebe-se, também, a prioridade da explicação que o capitalismo se originou no grande modo de produção, com o capital comercial. É possível, ainda, reconhecer que os recortes históricos e/ou geográficos são apresentados de modo em que o leitor entenda a desintegração feudal por intermédio de uma interpretação linear dos fatos históricos, ou seja, com o fim do feudalismo surge o capitalismo.

Um livro didático que prioriza a corrente circulacionista, ou seja, o capital comercial como modelo explicativo para a transição oferece poucas possibilidades para discussão de outra corrente interpretativa; em especial o modelo explicativo marxista capaz de mostrar cientificamente as combinações existentes numa realidade e chamar a atenção para as rupturas e as continuidades contida em uma sociedade.

Pereira (1999), ao mencionar a importância de uma aprendizagem que contemple “a geografia como união entre o geográfico e o histórico” enfatiza os pensamentos de Humboldt e Ritter. Ela refere-se a visão de totalidade priorizada por eles que posteriormente foi rompida pelo positivismo⁴ e escreve que “a geografia que hoje prevalece nos currículos escolares é esta que se impõe após a

⁴ Corrente filosófica fundada por Auguste Comte (1798-1857).

morte desses dois pioneiros: a geografia positivista”, p.128.

Para Gramsci (2005) a explicação circucionista é um paradigma ligado ao positivismo, o qual explica passagem de um período histórico para o outro como uma consequência natural. Silva (2007) também salienta que a acumulação primitiva não veio apenas do comércio.

Ao enfatizar a importância da interdisciplinaridade Mamigonian (1982) alerta que

A renovação por que passa a geografia atualmente requer uma radicalização teórica, no sentido de recuperar a interdisciplinaridade e visão de totalidade propiciadas pelo paradigma de formação sócio-espacial e de geo-sistema. Isto quer dizer que quem faz geografia humana deve assumir funções não somente de geógrafo estrito-senso, mas de historiador, economista, sociólogo, etc (MAMIGONIAN, 1982, p.162).

Desse modo, se define a importância de pesquisar a temática sobre a transição e suas perspectivas teóricas; representando uma possibilidade para os próprios educadores verem as diferentes temporalidades e os diferentes tipos de produção existentes sobre a temática em questão.

Sendo assim, para investigar a problemática da transição, nesta pesquisa, a seleção dos livros didáticos de Geografia decorreu das características estruturais de cada coleção e está fundamentada nos critérios de avaliação do Guia de Livros Didáticos de 2008, no item organização dos conteúdos.

Reafirma-se que na escolha dos livros de Geografia para análise sobre a questão da transição levou-se em consideração a classificação atribuída no PNLD 2008, segundo a qual os livros foram considerados inovadores, adequados ou regulares. A classificação realizada pelos avaliadores refere-se “à organização dos

conteúdos, à metodologia, de ensino e aprendizagem, ao desenvolvimento das atividades, ao Manual do Professor e ao projeto gráfico” (PNLD, 2008, p.10).

Os livros didáticos de História para análise da pesquisa proposta, também foram escolhidos com base na avaliação do PNLD 2008. As coleções de História foram selecionadas de acordo com o critério de avaliação estabelecido no Edital PNLD 2008⁵. Os avaliadores recomendam que para que o aluno pense historicamente é preciso

além de possibilitar a incorporação da renovação historiográfica, partir de um problema ou de um conjunto de problemas, ou de diferentes versões, proporcionando a formação para a autonomia, a crítica e a participação na sociedade. Deve, ainda, permitir a observação atenta do mundo, identificando as relações sociais que estão ao seu redor (PNLD, 2008, p.11).

Optou-se, também, por uma coleção de História do Ensino Fundamental denominado *Nova História Crítica*, devido à polêmica em torno de sua rejeição por parte dos avaliadores do MEC e, também, devido a sua exclusão da relação dos livros a serem escolhidos para o ano de 2008.

No quadro nº 4, apresentado a seguir, é possível visualizar os títulos, autores e avaliação foi feita a escolha dos Livros Didáticos de Geografia e de História pesquisados, conforme os critérios do PNLD 2008. Já o quadro nº 5, também em anexo, permite ver se o tema da transição é abordado ou não nos livros pesquisados.

Dando continuidade à pesquisa, procurou-se analisar as interpretações dos diferentes autores sobre o declínio feudal e/ou a formação do capitalismo, procurando reconhecer os modelos teóricos e a concepção que permeia as

⁵ O instrumento de avaliação utilizado pelos avaliadores utilizado para cada obra consta de cinco componentes: Proposta Histórica, Proposta Pedagógica, Cidadania, Manual do Professor e Conjunto Gráfico.

explicações acerca da temática da transição contida, ou não, nos livros didáticos pesquisados.

Neste sentido, faz-se necessário buscar as explicações para as origens do capitalismo, contidos nos livros didáticos. Ao destacar os modelos explicativos sobre a transição e suas diferentes concepções, pretende-se destacar os equívocos das teorias utilizadas a fim de que sirvam como justificativa para encontrar explicações mais adequadas para a compreensão do período em questão.

Reconhece-se que a interpretação de modelos teóricos facilita, também, o entendimento da formação sócio-espacial europeia durante a transição, assim como a análise do contexto histórico entre os séculos XI e XV, período em que o senhor feudal foi se enfraquecendo.

Wood (2001), ao refletir sobre a “natureza histórica do capitalismo”, organiza as interpretações sob denominação de “versões históricas da transição”, propondo, de modo didático, que o período de transição seja compreendido nas suas diferentes abordagens teóricas.

Esta autora, ao esboçar as origens do capitalismo de acordo com uma abordagem histórica e teórica, afirma que “Quase sem exceção, os relatos sobre a origem do capitalismo são fundamentalmente circulares: presumem a existência prévia do capitalismo para explicar seu aparecimento” (WOOD, 2001, p.13).

Entretanto, alerta-se que atribuir as origens do capitalismo às lutas de classe não significa que a resposta seja capaz de explicar o processo de desintegração feudal na dimensão da formação sócio-espacial. Neste sentido convém destacar

De um modo ou de outro, o capitalismo aparece, mais ou menos naturalmente, onde e quando os mercados em expansão e o desenvolvimento tecnológico atingem o nível certo. Muitas explicações marxistas são fundamentalmente iguais - acrescidas das revoluções burguesas para romper os grilhões (WOOD, 2001, p.14).

Neste aspecto o debate sobre a transição iniciado com M. Dobb afirma que as revoltas dos camponeses tiveram resultados diferentes. R. Brenner segue na mesma direção da tese de Dobb quando compara formações sociais específicas. Neste sentido afirma que

Em Inglaterra, las revoltas campesinas iban dirigidas contra los señores en una lucha inútil para defender la propiedad campesina, que se iba desintegrando frente a una creciente usurpación capitalista. En Francia, el objetivo de la revuelta campesina era el abrumador sistema impositivo del Estado absolutista que, irónicamente, habia sido el instrumento que aseguró y protegió la propiedad campesina, e impidió, por tanto, el desarrollo capitalista (BRENNER, 1988, pp. 75,76).

De fato, as revoltas camponesas impulsionaram a transição, mas não foram as únicas responsáveis pela crise no sistema feudal. Mesmo que o período de transição esteja presente nos livros didáticos, de um modo geral os textos explicam que o mundo feudal se desintegrou devido ao incremento do comércio, o qual foi capaz de desestruturar os feudos. Também, muitos autores constroem suas explicações sobre a ruptura do feudalismo incluindo as revoluções burguesas como principal fator desintegrador.

Pode-se constatar que o modelo explicativo mais freqüente decorrente do capitalismo comercial, é defendido por Leo Huberman (1959), em afirmações como

Uma das modificações mais importantes foi a nova posição do camponês. Enquanto a sociedade feudal permanecia estática, com relação entre o senhor e servo fixada pela tradição, foi praticamente impossível ao camponês melhorar sua condição. Estava preso a uma camisa de força econômica. Mas o crescimento do comércio, a introdução de uma economia monetária, o crescimento das cidades proporcionaram-lhe meios para romper os laços que o prendiam tão fortemente (HUBERMAN, 1959, p.39).

Sabe-se que os argumentos de sua tese continuam presentes nos textos dos livros didáticos, em especial, quando os autores fazem referência ao período de transição ou ao declínio feudal, ou até mesmo, para explicar o surgimento do capitalismo. De acordo com essa concepção científica, as raízes do capitalismo surgem com o Renascimento comercial urbano.

Assim, o elemento considerado como desintegrador do antigo modo de produção se manifestou entre o século XII e XV, concomitante com o surgimento da burguesia e da economia monetária, as quais foram capazes de desestruturar a propriedade fundiária.

Este modelo explicativo não demonstra a relevância das estruturas sociais, das relações entre os homens e da organização da economia como fatores determinantes para se compreender o dinamismo da sociedade feudal. Reafirma-se que o modelo circulacionista também não apresenta argumentos que defendam a importância de se compreender as contradições sociais existentes nos feudos.

Melhem Adas, autor de livro didático de Geografia, para o Ensino Fundamental, explica o declínio feudal e a origem do capitalismo da seguinte maneira

Entre os séculos V e XV, a Europa viveu um período histórico em que ocorreu a formação, o desenvolvimento e a derrocada do feudalismo. Em seu lugar, surgiu um novo sistema de organização da produção, das relações de trabalho entre os seres humanos e de produção de espaços geográficos - o capitalismo. No século XV, o comércio tornou-se a principal atividade econômica na Europa Ocidental. A burguesia comercial, em aliança com o rei, substituiu os senhores feudais em poder e riqueza. A fonte de riqueza deixou de ser a propriedade de terras como era no feudalismo e passou a ser, no capitalismo, a atividade comercial (daí se compreende por que, da sua fase inicial até o século XVIII, o capitalismo recebeu o nome de capitalismo comercial) (ADAS, 2006, p.32).

Este, também, é um exemplo de explicação decorrente do capital comercial, a qual pouco contempla as origens do modo de produção capitalista na abordagem que privilegia a categoria de análise marxista de formação econômica, social e espacial. Nesta perspectiva, o autor desconsidera as formações sociais como uma alternativa para explicar que o antigo modo de produção se desintegrou movido por forças internas decorrentes das lutas de classe, pois a relevância da sua explicação está na argumentação que o capital comercial foi o único elemento desintegrador do modo de produção feudal.

Rangel (1985, p.32), ao fazer referência sobre o surgimento do capitalismo, sobretudo lembra que “O desenvolvimento do capitalismo não é um processo idílico, desenrolando-se linearmente, no tempo ...”

A transição do feudalismo para o capitalismo, sob a ótica do capital comercial, desconsidera as contradições internas dentro do próprio feudo, na medida em que defende que a origem do capitalismo decorre da acumulação do capital por parte dos comerciantes da época.

Em relação ao período transitório, a teoria dobiniana fundamenta que a desintegração do feudalismo não foi resultado de um “capitalismo” contido no “capital mercantil”, o qual estava aliado a uma “economia monetária”. Dando continuidade aos seus argumentos, Doob, em uma tréplica a Sweezy (2004, p.125) defende que a aceleração da própria transição foi impulsionada pela “revolta dos pequenos produtores contra a exploração feudal”.

A referida teoria questiona e refuta premissas como, por exemplo, a expansão do mercado como fator determinante do declínio feudal, defendendo que a ação desintegradora do comércio influenciou a acumulação entre os pequenos produtores. Logo, segundo M.Dobb, o capitalismo surgiu do pequeno modo de produção.

Takahashi, analisando o debate Dobb/Sweezy sobre a transição, insiste que a concepção teórica marxista explica o surgimento do capitalismo por intermédio de duas vias. A via número um (V1) explica a origem do capitalismo por intermédio da acumulação pelo pequeno produtor, processo considerado realmente revolucionário, visto que resultou na diferenciação social entre o

pequeno produtor mercantil bem sucedido (yeomen) e o camponês expropriado da terra que passa a vender sua força de trabalho como alternativa de sobrevivência, a exemplo do que ocorreu na formação social da Inglaterra a partir do século XI. A via número dois (V2) explica que o produtor se tornou comerciante, a exemplo das formações sociais da Alemanha e do Japão onde o “Estado latifundiário” levou a cabo a transição, segundo destacou Takahashi (2004).

Mas é preciso não esquecer, que Dobb, em resposta a Takahashi, insiste na presença de um pequeno modo de produção também na Europa continental (Dobb, 2004 p.126). De acordo com essa matriz teórica, o pequeno produtor que muda o modo de produção, enquanto o comerciante se enfraquece e se torna parasitário dentro dessa nova estrutura social.

Ressaltamos ainda que alguns autores de livros didáticos abordam a origem do capitalismo de acordo com a perspectiva marxista, mas não chamam atenção para a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista como um processo de desintegração que ocorreu no interior do próprio feudo

Acredita-se ser necessário novamente trazer o debate sobre a transição, especialmente as reflexões que privilegiam as lutas de classe no interior dos feudos nas diferentes regiões européias, com ênfase no pequeno modo de produção. É importante que o resultado dessas reflexões esteja presentes nos livros didáticos de Geografia e de História como contribuições capazes de facilitar a compreensão dessa temática sob diferentes perspectivas.

Conforme já foi dito anteriormente, os livros didáticos estão presentes constantemente em sala. Assim o ponto principal da investigação será mostrar alguns textos retirados dos livros didáticos de Geografia e História, selecionados para esta pesquisa, e a partir de então, analisar a interpretação de seus autores sobre o período de transição feudalismo/capitalismo.

2.2: A TRANSIÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Cabe lembrar que as coleções didáticas de Geografia escolhidas para essa pesquisa foram avaliadas pelo PNLD 2008 no item organização dos conteúdos com a seguinte classificação: inovador, adequado ou regular. Neste sentido foram selecionadas as seguintes coleções: *Série Link do Espaço*, *Geografia de M. Adas*, *Geografia Crítica*, *Projeto Araribá Geografia* e *Trilhas da Geografia* (cf quadro nº 4).

A investigação proposta nesta dissertação teve início na coleção *Série Link do Espaço*, uma das escolhidas para pesquisa, sendo que esta foi considerada pelos avaliadores do MEC, em relação ao conteúdo, como “inovador”. Esta coleção é estruturada a partir de diferentes recortes temáticos, conforme explicação dos autores, “que venham a ser trabalhados, se relacionem com o universo amplo ou particular de diferentes sujeitos sociais situados nos mais variados contextos sociais, espaciais e temporais” (SUPLEMENTO DO PROFESSOR, 2007 p.05).

Verificou-se que, no que se refere ao período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, em nenhuma das séries os autores enfatizam a desintegração feudal, também não priorizam as transformações nas estruturas sociais na Europa ocidental a partir do século XI. Esta coleção está organizada por módulos temáticos. A ênfase está com o início da Revolução Industrial (período em que o modo de produção capitalista se consolida) e os autores atribuem pouco significado à questão da transição.

No módulo “Vou colocar meu bloco no mundo”, que integra o volume da 7ª série, os autores fazem referência ao modo de produção capitalista e socialista como “as formas que predominaram no século XX”, sem fazer referências ao modo de produção que teve predominância até o século XV no continente europeu (ROCKENBACH, 2005, p.132).

E, ao se referirem sobre as transformações que ocorrem na sociedade, é possível constatar a seguinte explicação

A organização da produção realizada pelas sociedades humanas tem variado no tempo e no espaço. Mudaram as formas de propriedade dos meios que permitem ao produzir para atender às suas necessidades: armazéns, máquinas, terras, fonte energia etc (ROCKENBACH, 2005, p.132).

Nesta explicação, os autores, deixam de enfatizar que cada modo de produção é caracterizado por um jogo de forças, ou seja, que é um processo conduzido pelas lutas dos próprios grupos sociais.

É bom lembrar, como sugere Santos (1979, p.10), que a categoria de análise de Formação Econômica Social (FES) é a mais adequada quando se pretende pesquisar diferentes sociedades, pois “A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta”.

No Suplemento do Professor, os autores recomendam que os módulos sejam trabalhados de acordo com a dimensão geográfica dos fenômenos sociais. Reforçam, ainda, que os temas apresentam questões relacionadas às desigualdades socioeconômicas do mundo e que os espaços geográficos são apresentados de forma regionalizada a fim de que o educando possa compreendê-los melhor.

Ainda sobre a coleção *Série Link do Espaço*, apesar da recomendação dos autores no Suplemento do Professor, os textos quase não privilegiam as formações européias regionais em sua diferenciação, impedindo, assim, que o leitor identifique o modo de produção determinante em cada época.

Sublinha-se que a diferenciação social se deu de maneiras diferentes. Em especial na Inglaterra e na França do século XI, momento que preparou o surgimento posterior capitalista, no interior do feudalismo. Durante esse processo, entre o fim do feudalismo e o início do capitalismo, ocorreram infinitas

combinações, entretanto, na Inglaterra se deu um processo único onde a agricultura familiar passou a utilizar o trabalho assalariado para alcançar alta produtividade da terra (DOBB, 1986).

Brenner (1988, p.381) assinala que “ Las mejoras técnicas se podían aplicar tanto a pequeñas como grandes unidades de producción y exigían poco capital”. Neste processo, o pequeno produtor especializa-se e compra mercadorias, aumentando sua produção por intermédio da aplicação de novas técnicas para atender um mercado emergente.

Outra coleção analisada foi a de *Geografía de M. Adas*, que “inicia com estudos de realidades territoriais mais próximas dos alunos, passando posteriormente para as mais distantes” (PNLD, 2008, p.40).

Em relação à análise proposta para esta pesquisa é possível encontrar no volume da sétima série o estudo sobre o mundo subdesenvolvido e na oitava série o estudo sobre o mundo desenvolvido, sendo que esses conteúdos são os que mais se aproximam do universo pesquisado.

Ao propor este estudo, o autor trata da questão do colonialismo para explicar a origem do subdesenvolvimento, bem como para explicar a origem do desenvolvimento. Procura, a partir de então, distinguir os diferentes períodos do capitalismo comercial e do capitalismo industrial considerando-os como o início do capitalismo europeu.

E para ressaltar o entendimento sobre o início do modo de produção capitalista, no item intitulado “O colonialismo do século XV ao XVIII e o subdesenvolvimento”, do volume da 7ª série, o autor acrescenta que com a derrocada do feudalismo surgiu um novo sistema denominado capitalismo.

Assim, aprofundando a reflexão sobre o tema esclarece que

No século XV, o comércio tornou-se a principal atividade econômica na Europa Ocidental. A burguesia comercial, em aliança com o rei, substituiu os senhores feudais em poder e riqueza. A fonte de riqueza deixou de ser a propriedade de terras como era no feudalismo e passou a ser, no capitalismo, a atividade comercial (daí se compreende por que, da sua fase inicial até o século XVIII, o capitalismo recebeu o nome de capitalismo comercial) (ADAS, 2006, p.32).

Como se vê, M. Adas optou por explicar a formação do capitalismo, através da matriz teórica que enfatiza o capital comercial. Também explica tudo como um processo homogêneo que tivesse ocorrido em toda a Europa ocidental. Isso significa que este autor desconsidera as diferentes mudanças que ocorreram no critério de posse em cada formação social européia, resultado da diferenciação social que alterou toda a dinâmica daquela sociedade.

R.Brenner (1988), assim como M.Dobb (1986), nega a explicação do capital comercial como única resposta para a desintegração feudal. Ambos defendem que o declínio da servidão na Europa não pode ser reduzido a uma explicação econômica. Argumenta ainda que os conflitos entre os senhores feudais e os camponeses e que o êxito ou fracasso da reação feudal teve resultados diferentes em cada formação sócio–espacial.

Continuando com a pesquisa sobre a questão da transição nos livros didáticos, destaca-se a hipótese da ênfase no comércio, na medida em que M. Adas considera a intensificação do comércio para além das terras européias e da bacia do Mediterrâneo, expandindo-se para a Ásia e o norte da África devido ao desenvolvimento das técnicas de navegação marítima. Reafirmando sua abordagem sobre o capitalismo comercial, afirma

Como resultado das grandes navegações, a América, a Ásia e a África, já no final do século XV e durante o século XVI, foram incorporados ao horizonte geográfico e comercial europeu. Em consequência, o

colonialismo foi implantado e o comércio se mundializou (com exceção da Oceania, cuja incorporação ao mundo europeu somente ocorreu no século XVIII) (ADAS, 2006, p.35).

Continua explicando que o capitalismo comercial produziu uma grande acumulação de capital nas metrópoles nos séculos XV ao XVIII. A respeito dessa questão retoma o autor: “Além do comércio de mercadorias entre os séculos XV e XVIII, houve também o comércio de negros africanos, os saques de ouro e prata de civilizações nativas da América...” (ADAS, 2006, p.37).

Verifica-se, na explicação do autor citado, que ele desconsidera o período denominado de transição, na medida em que enfatiza o período posterior, denominado de capitalismo comercial. No entanto, a teoria dobiniana defende outra perspectiva explicativa para o período transitório

Em meados do século XVII, no entanto, uma parte dos próprios artesanatos tornara-se interessada no aumento da indústria e na fuga às tradicionais restrições da guilda. Até entre os organizadores provincianos da indústria rural, fossem eles artesãos mais ricos ou membros das guildas mercantis locais, existiam linhas significativas de divisão entre grandes e pequenos capitais: entre os ricos fabricantes de roupa, que compravam diretamente dos produtores de lã, e os fabricantes pobres, que não tinham alternativas senão comprar lã do atacadista (DOBB, 1986, p.96).

Portanto, há evidências que nesta coleção o modelo explicativo para o declínio do feudalismo é o modelo mercantil. Deste modo, a compreensão do espaço geográfico, sua regionalização, tem como resposta a hipótese do mercantilismo, mesmo que o autor procure estabelecer relações entre os fatores internos e externos da Europa ocidental com suas manifestações políticas e as especificidades geográficas locais.

Continuando a pesquisa, verificou-se a proposta da coleção *Geografia Crítica*, nela os autores afirmam trabalhar com um estudo geográfico

regionalizado, neste sentido procuram explicar as formações sócio-espaciais, suas diferenças e semelhanças. Os autores trabalham o conteúdo explicando que optaram para um conhecimento geográfico que

não elimina o estudo da natureza (como querem alguns); ao contrário, renova-o; não fica na pura retórica da denúncia nem no catecismo de conceitos fossilizados do materialismo histórico, mas abre-se para o novo, é pluralista e incorpora inúmeras vertentes teórico-críticas: ecologia, pós-modernidade, marxismo heterodoxo, fenomenologia...e socioconstrutivismo (MANUAL DO PROFESSOR, 2006, p.4).

Ainda em relação ao Manual do Professor da coleção, recomendam os autores que o estudo do espaço geográfico deve estar embasado na compreensão do método científico, fundamentando que é necessário estudar as partes assim como suas interações para compreender o todo. De acordo com a proposta pedagógica, trabalham os conteúdos como “eixos norteadores”.

Em relação à transição feudalismo/capitalismo é possível verificar alguns elementos no volume da sétima série quando tratam da organização e da formação territorial do continente europeu. Todavia, a ênfase dos autores desta coleção está na Revolução Industrial como passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista.

Esta ênfase na Revolução Industrial pode ser constatada no volume da sexta série, desde quando explicam as alterações na geografia do lugar a partir das novas técnicas desenvolvidas, às quais foram capazes de modificar profundamente as paisagens, o modo de vida e a organização social derivando a divisão do trabalho e alternando a economia local. E, para explicar o aparecimento das atividades pré-industriais, os autores apresentam uma evolução das atividades comerciais desde as trocas locais até as exportações da atualidade.

Ao tratarem do conteúdo relativo à evolução do artesanato à indústria moderna, os autores afirmam que

No início do século XVIII, verificou-se uma mudança importante, principalmente na Inglaterra: os instrumentos de trabalho haviam encarecido de tal forma que os trabalhadores das manufaturas e os artesãos ficaram impossibilitados de adquiri-los. Apenas algumas pessoas, em geral ricos comerciantes, tinham dinheiro para comprar máquinas (VESENTINI, 2006, pp.55,56).

Evidencia-se que o período de transição está subentendido nesta argumentação e que a ascensão do pequeno produtor não foi considerada como importante elemento da passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Torna-se mais claro, pois que a via realmente revolucionária (do pequeno produtor), responsável pela desintegração feudal (DOBB, 1986), não foi contemplada pelos autores deste livro didático como argumento explicativo para a transição capitalista. Ainda, de acordo com essa argumentação apresentada no texto didático, é possível que o leitor entenda que o declínio feudal decorreu do grande capital comercial, resultado de uma relação simples e direta, desconsiderando o processo de diferenciação social, conforme a teoria dobiniana trouxe a luz essa questão.

Na p.56 do mesmo volume, os autores reafirmam que os antigos artesãos e trabalhadores manufatureiros viram-se obrigados a vender sua capacidade de trabalho para os burgueses que tinham se tornado proprietários dos instrumentos de produção. Posteriormente, estes autores, explicam igualmente que esse processo desencadeou na Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII.

Todavia, Hobsbawm, considera que as transformações econômicas que começaram a partir de 1780 na Grã-Bretanha ocorreram por que

mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental. A solução britânica do problema agrário, singularmente revolucionária, já tinha sido encontrada na prática. Uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores (HOBBSAWM, 1979, p.54).

Hobsbawm (1979, p. 62) esclarece, ainda, que a expansão industrial a partir do século XVIII na Saxônia, na Normandia e na Inglaterra iniciou-se no sistema doméstico, onde “antigos artesãos independentes” e “antigos camponeses com tempo de sobra nas estações estereis do ano - trabalhavam a matéria-prima em suas próprias casas, com ferramentas próprias ou alugadas” e ao comerciar suas mercadorias foram aos poucos se tornando patrões.

Portanto, a resposta mais adequada para explicar a transição fundamenta-se na ascensão do pequeno camponês e do pequeno artesão, decorrente da sua prosperidade na manufatura. Nesta perspectiva a categoria de formação sócio-espacial/pequeno modo de produção sustenta que a transformação da sociedade feudal não dependeu apenas dos ricos comerciantes, ou seja, eles não foram os responsáveis pela desintegração do modo de produção antigo.

O *Projeto Araribá de Geografia* foi outra coleção analisada, à qual segundo os autores não foi pautada em uma corrente metodológica específica, na medida em que eles trabalham com “conceitos e categorias da ciência geográfica que possibilitem ao aluno compreender o espaço geográfico, e as relações entre a sociedade e a natureza que o caracterizam” (GUIA E RECURSOS DIDÁTICOS,

2006, p.7).

Neste sentido, conceitos como espaço geográfico, paisagem, lugar, território e região são abordados ao longo de toda a coleção.

Em relação à questão da transição, objeto desta pesquisa, é possível constatar alguns elementos no volume da sétima série, mesmo que o destaque maior esteja na Revolução Industrial. Os autores iniciam esse volume assim: “O capitalismo é o sistema econômico e social que surgiu na Europa durante a Idade Média, entre o século XI e XV, e que se sobrepôs lentamente a outros sistemas de produção, tornando predominante no século XVIII “(PROJETO ARARIBÁ, 2006, p.12).

Percebe-se nesta citação uma homogeneidade na explicação quanto a origem do capitalismo, ou seja, parece até que ele se originou em todas as formações sociais européias ao mesmo tempo e a partir do século XVIII naturalmente foi se tornando o modo de produção dominante. Explicando dessa maneira, os autores desconsideram as combinações no sentido em que “As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS, 1979, p.14).

E, logo após, os autores conduzem a explicação sobre o surgimento do capitalismo através da hipótese do capitalismo comercial, isto é, que este sistema econômico iniciou-se com os comerciantes ou com os donos de manufaturas. Destacam que a manufatura foi a etapa intermediária entre o artesanato e a indústria. E, ao orientarem as atividades no guia e recursos didáticos, reafirmam a tese do capitalismo comercial com ênfase nos metais preciosos e especiarias às quais permitiram que os comerciantes europeus fizessem fortunas (GUIA E RECURSOS DIDÁTICOS, 2006, p.18).

Entretanto, antes dos comerciantes fazerem fortunas, a teoria dobiniana defende que a proporção existente no feudalismo, entre terra e mão-de-obra, era diferenciada em determinados lugares.

De acordo com essa teoria, em alguns lugares havia demanda por parte dos senhores ou do locatário em relação a posse da terra, o que determinava a ausência ou abundância de mão-de-obra e, também, a exploração do camponês

que concordava em receber sobrecargas em troca de uma renda modesta ou pagar um arrendamento elevado. Essas condições, somadas à quantidade de terra disponível, à quantidade de camponeses, à qualidade do solo disponível e às técnicas agrícolas desenvolvidas para época, resultaram na “extensão da diferenciação social entre os próprios camponeses, criando uma camada de camponeses empobrecidos com pequenas posses”, supondo que poderia ter existido uma relação “entre o crescimento do mercado e a transição para arrendamento ou para assalariamento do trabalho” (DOBB, 1986, pp.43,44).

Mesmo que os autores da coleção de Geografia Projeto Araribá procurem explicar a origem do capitalismo utilizando uma das categorias de análise marxista, tal como meios de produção, eles a explicam através da ascensão da burguesia mercantil, desconsiderando as transformações ocorridas no próprio feudo resultante do comércio local e da diferenciação social, iniciada na pequena produção, que impulsionaram a desintegração.

Em se tratando da coleção *Trilhas da Geografia*, outra coleção investigada, detectou-se que a questão da transição capitalista está mais evidente no volume da sexta série.

Assim no segundo volume desta coleção é possível perceber com mais clareza a proposta dos autores em relação a concepção de aprendizagem. Em relação ao estudo do espaço geográfico justificam

ênfata-se a construção histórica do espaço geográfico. Partimos da premissa de que o espaço geográfico, segundo Milton Santos, materializa um acúmulo desigual de tempos. Assim, é fundamental uma retomada da história para a compreensão das relações sociais nele materializadas (ASSESSORIA PEDAGÓGICA, 2006, p.6).

Referente a este contexto pedagógico faz-se necessário acentuar a importância da categoria de análise de formação sócio-espacial como método para a Geografia, “Pois a História não se escreve fora do espaço e não há

sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1979, p.10).

Assim, mesmo trabalhando com a história dos lugares e diferentes paisagens, as explicações contidas nos textos didáticos dessa coleção não possibilitam a compreensão de formações sócio-espaciais desiguais no mundo europeu. Os textos dos autores restringem-se a uma compreensão homogênea⁶ do espaço geográfico desconsiderando as relações de produção como um processo histórico que se realiza de maneira específica e apresenta diferentes resultados.

Verifica-se, também, que as transformações causadas pela industrialização estão mais evidentes no segundo volume da coleção. No estudo do capítulo quatro, sob o título “A evolução histórica das técnicas de produção”, os autores articulam os conceitos de produção industrial e produção artesanal para que haja um entendimento sobre o surgimento da produção industrial contribuindo, assim, para que o aluno diferencie artesanato, manufatura e trabalho industrial. Porém, não abordam a questão da transição capitalista.

Ainda neste mesmo volume, no capítulo cinco que trata sobre “A produção agrícola”, também não deixam claro como ocorreu a passagem do modo de produção feudal para o modo capitalista. E, em relação ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, bem como o aumento da produção de alimentos, explicam que “permitiram a divisão de algumas tarefas: alguns plantavam, outros produziam ferramentas, roupas e utensílios; alguns eram comerciantes, outros eram dirigentes etc. Isso fez surgir os primeiros núcleos urbanos” (MOREIRA, 2006, p.75).

Constata-se que a questão da transição capitalista não é abordada numa dimensão mais profunda, levando em conta as “múltiplas determinações” e entre elas, destacando as mais significativas para o processo de transição. A exemplo pode-se citar o caso da FSE do Brasil Meridional, onde o clima subtropical é um

⁶ Nos países Ibéricos a dinâmica mercantil apresentava características feudais e não determinou o surgimento do capitalismo. Ressalta-se, ainda, que nas formações sociais dos países ibéricos a expansão colonial contribui para reforçar o feudalismo (Absolutismo Português e Espanhol) (PEREIRA :1986).

elemento fundamental. Os autores quase não estabelecem relações entre as transformações no mundo feudal e as transformações na produção que deram origem a um novo modo de produção, implicando numa nova geografia europeia.

Em resposta a Moreira (2006), a teoria dobiniana ressalta que existe um equivoco quanto a forma de ver a origem das cidades como “um solvente das relações feudais”. De acordo com essa concepção teórica mesmo que o capital mercantil posteriormente contribuísse para o declínio feudal, ele não foi o único fator que determinou a desintegração.

A referida teoria assim argumenta

Em seu estagio inicial, pelo menos, essas comunidades urbanas eram meio severas e meio parasitas no corpo da economia feudal. O modo de produção por elas consagrado no artesanato urbano representava uma forma simples, de um tipo sem classe, camponês, onde os instrumentos utilizados eram de propriedade dos artesãos: uma forma que diferia do artesanato empreendido numa propriedade feudal apenas na medida em que o artesão fabricava seus artigos para vender num mercado e não os fabricava como obrigação de serviço para um senhor (DOBB, 1986, p.52).

Constatou-se que os elementos pré-capitalistas citados nos livros didáticos de Geografia selecionados para investigação trazem como principal argumentação a explicação que defende que o capitalismo se originou no grande modo de produção, explicação fundamentada no capital comercial, também denominada de corrente circulacionista. Ora, esta concepção teórica reforça equívocos como, por exemplo, que a circulação de mercadorias e a proximidade dos centros de comércio foram determinantes para a desintegração feudal ou que a transição foi um processo que ocorreu “de cima para baixo”. Neste sentido, esses equívocos, entre outros embasados no capital comercial, contribuem para que o leitor não considere a dinâmica interna do antigo modo de produção e os conjuntos de fatores que determinaram seu declínio.

No próximo item procedemos a investigação sobre a questão da transição

nos livros didáticos de História.

2.3: A TRANSIÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

As coleções didáticas de História a serem analisadas pela pesquisa, também, foram escolhidas a partir dos critérios contidos no PNLD 2008.

Os avaliadores do MEC as classificaram de: suficiente, bom e ótimo. Os principais critérios desta classificação referem-se à concepção histórica, aos conhecimentos históricos, às fontes históricas, às imagens, à metodologia de ensino-aprendizagem, entre outros critérios educacionais.

A partir de então, foram selecionadas para análise as seguintes coleções: *Série Link do Tempo*, *Projeto Araribá – História, História e Vida Integrada*, *Saber e fazer História*.

Para a investigação da temática proposta optou-se pelo critério de avaliação denominado de “conhecimentos históricos”, de acordo com este critério a coleção precisa apresentar “referências fundamentais de tempo e de espaço para que o aluno se localize em relação a sua e outras sociedades” (PNLD, 2008, p.11).

Também a coleção *Nova História Crítica* foi selecionada para análise da temática em questão, por motivos mencionados anteriormente.

Assim é possível visualizar no quadro nº4, em anexo, as coleções investigadas e seus respectivos autores.

QUADRO Nº4: Os Livros Selecionados para a pesquisa.

| Coleções de Geografia | Autores | Avaliação PNLD: Organização dos Conteúdos |
|-------------------------------|--|--|
| Série Link do Espaço | Denise Rocckenbach Elza Marqueti Gloria Alves Vanderli Custódio | Inovador |
| Geografia | Melhem Adas | Adequado |
| Geografia Crítica | J. William Vesentini Vânia Vlach | Adequado |
| Projeto Araribá/Geografia | Org. editora Moderna | Regular |
| Trilhas da Geografia | João Carlos Moreira Eustáquio de Sene | Inovador |
| Coleções de História | Autores | Avaliação PNLD: Conhecimento Histórico |
| Série Link do Tempo: História | Denise Mattos Marino Léo Stampacchio | Bom |
| Projeto Araribá/História | Org. editora Moderna | Ótimo |
| História e Vida Integrada | Nelson Piletti Claudino Piletti | Bom |
| Saber e Fazer História | Gilberto Cotrin | Ótimo |
| Nova História Crítica | Mario Schimidt | Não selecionado |

Fonte: PNLD 2008 de Geografia e História.

Evidencia-se que os textos didáticos que explicam o período de transição do feudalismo para o capitalismo encontram-se, de modo geral, nos livros de sétima ou oitava do Ensino Fundamental.

Grosso modo, as coleções apresentam os conteúdos através de uma periodização ou eixos temáticos os quais, muitas vezes, desconsideram as origens do capitalismo como será demonstrado posteriormente.

Alguns autores de livros didáticos optaram por abordar o estudo sobre o período feudal na sexta série e, seguindo uma seqüência cronológica, no livro didático do ano seguinte (sétima série) é que são estudadas as revoluções burguesas.

Estima-se que essa seqüência didática dificulta o entendimento da temática da transição, em razão da descontinuidade na explicação sobre o declínio do feudalismo e a formação do capitalismo, ou seja, na série anterior estuda-se o feudalismo e na série seguinte estuda-se o início do capitalismo. Essa descontinuidade da aprendizagem sobre a transição pode conduzir os leitores a uma compreensão de que existe uma continuidade "natural" entre os períodos históricos em questão (WOOD, 2001).

Assim, mesmo que a intenção dos autores seja trabalhar com a questão da transição entre estes modos de produção, a metodologia escolhida também dificulta a interpretação sobre as origens do capitalismo, como se pretende mostrar no decorrer da investigação.

Iniciando a análise pela coleção *Série Link do Tempo*, verificou-se que em nenhuma das séries é apresentado claramente a desintegração feudal e nem o início do modo de produção capitalista, mesmo que a opção metodológica dos autores tenha sido trabalhar com temáticas.

Constatou-se que o volume da 7ª série, no módulo denominado "Pátria Amada e Idolatrada", os autores fazem referência à Idade Média destacando como características principais a religião, os reinos "cujas fronteiras eram incertas", sendo que estas variavam de acordo com o exército do senhor, pois não existia a idéia de Nação (ROCKENBACH, 2007, p.22). De acordo com esta abordagem conceitual, os autores não propiciam a ampliação da compreensão de domínio territorial no sentido em que o poder da elite territorial feudal se estendia até os núcleos urbanos, sendo que este poder era determinado pela continuidade da estrutura campo-cidade (DOBB, 1986).

Dando continuidade à investigação, percebe-se que os autores iniciam com o título “Servindo aos senhores” para abordar o feudalismo na Europa ocidental. Ao caracterizar a sociedade feudal, afirmam que embora esta sociedade estivesse ligada à exploração da terra, outras atividades eram praticadas; portanto não era uma economia exclusivamente agrária. Tal explicação é explicitada num texto suporte onde são destacadas as trocas comerciais, a existência da fome e as das guerras como principais características dessa sociedade agrária (ROCKENBACH, 2007, p.114). Sublinha-se que o modo de produção feudal era determinante e ao citarem elementos de uma economia não agrária, os autores, dificultam a compreensão do processo de desintegração feudal.

As trocas comerciais, a fome e as guerras eram elementos integrantes desta sociedade, muito embora os autores desconsiderem a influência desses fatores para a flagração das lutas de classes. Este processo gerou a crise senhorial à qual, posteriormente, resultou na queda da renda senhorial, influenciando nas relações de classes.

As diferenças regionais européias foram assim se formando:

En algunos lugares, la crisis del ingreso señorial precedió al descenso de la población y de alguna manera puede considerarse como resultado concreto de las conquistas campesinas y de la consiguiente caída de la tasa de renta. Pero donde el poder y la propiedad señorial permanecieron intactos, o bien se reforzaron, la crisis de los ingresos señoriales y el descenso de la tasa de renta ocurrieron después de la caída de la población, la cual significó el resultado tanto de la tendencia a la baja de la productividad, como de la persistencia de la peste bubónica (BRENNER, 1988, p.317).

Ressalta-se que estes argumentos sobre a transição não contemplam o

modelo demográfico na medida em que Brenner (1988) sustenta em seus estudos que a peste bubônica não pode ser considerada como explicação determinante para a ascensão do capitalismo e defende que a desintegração feudal teve início nas estruturas de classes, a partir das lutas de classe decorrente da exploração dos camponeses por parte do senhor feudal.

Continuando a investigação da temática nos textos didáticos, os autores desta coleção explicam as características do sistema feudal, neste módulo e no módulo seguinte da mesma série, estabelecendo uma relação entre a ocupação das terras indígenas e o fim do feudalismo, justificado pelo crescimento das atividades comerciais. Argumentam também os autores, que ao longo do século XI ocorreu o crescimento comercial e que, aos poucos, estes centros se transformaram em cidades.

Para melhor exemplificar essa relação da desintegração de um modo de produção para o outro, a afirmação a seguir deixa claro a opção dos autores, visto que, quanto às origens das atividades comerciais, afirmam que: "Sem entrarmos em detalhes sobre suas origens, vejamos alguns aspectos desse crescimento comercial que séculos mais tarde empurrou os europeus pra as viagens marítimas" (ROCKENBACH, 2007, p.141).

Este é um exemplo de explicação que impede a reflexão sobre o processo de acumulação decorrente das transformações agrárias que, a partir dos cercamentos, promoveu a diferenciação social que deu lugar ao capitalismo.

Continuam os autores a discorrer sobre os conceitos/conteúdos referentes ao período da transição. Ainda na mesma página o texto "Rumo à cidade⁷", de Huberman (1978) dá suporte à explicação dos autores no sentido em que a ampliação do comércio foi fundamental para o declínio feudal. Este texto justifica que em razão do comércio "o povo começou a deixar suas velhas cidades feudais para iniciar uma vida nova".

Reafirma-se que estes autores da *Serie Link do Tempo* enfatizam a origem

⁷ Huberman, Leo. *Historia da Riqueza do homem*. 14. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.. 35-36.

do capitalismo de acordo com a abordagem circucionista impedindo, assim, que o capital comercial seja visto como reacionário quando se trata da questão da transição. Nesta mesma ótica defendem que a burguesia comercial, que os avanços tecnológicos e que as alianças políticas foram os fatores responsáveis pelas transformações na sociedade européia a partir do século XI.

Dando continuidade à análise dos livros didáticos, foi analisada a coleção *Projeto Araribá de História*, organizada de modo que os conteúdos obedeciam uma sequência cronológica integrada entre si, combinando a história geral com a história do Brasil. Os autores argumentam que assim permite-se “que se percebam as semelhanças e as particularidades de diferentes processos históricos” (GUIA E RECURSOS DIDÁTICOS, 2006, p.7).

O paradigma de formação sócio-espacial é considerado o mais adequado porque prioriza uma concepção de ensino e aprendizagem que

aponta obrigatoriamente no sentido da interdisciplinaridade, requisito fundamental para a percepção da totalidade e, ao introduzir a dimensão espacial, demonstra a impossibilidade de compreensão da sociedade sem referencia ao espaço, pois toda formação econômico-social é espacial e temporalmente determinada (PEREIRA, 1986, p.101).

Constatou-se que entre os programas abordados na 6ª série desta coleção, na unidade de número três, encontram-se elementos que mais se aproximam da questão da transição. Sob o título de “Mudanças na Europa”, o texto está organizado de modo que o leitor entenda que "As cidades perderam importância durante grande parte da Idade Média, mas ganharam novo impulso a partir do século XI, principalmente devido às atividades comerciais" (PROJETO ARARIBÁ, 2006 p.76).

Continuando, segue a explicação que as cidades medievais apresentavam características artesanais, com destaque para a manufatura têxtil e para as características comerciais locais às quais envolviam outras regiões. Com base nessa explicação, os textos apontam para o entendimento de que o expressivo desenvolvimento do comércio promoveu o enriquecimento da Coroa e da burguesia.

Ainda sobre as mudanças ocorridas entre os séculos XI e XVI, segundo os autores, eles afirmam que "A expansão das cidades e do comércio, o crescimento populacional e as Cruzadas foram fatores importantes na transformação política da Europa feudal" (Projeto Araribá, 2006, p.122). Acrescentam ou observam, também, que estas mudanças ocorridas na Europa ocidental a partir do século XI provocaram um período de instabilidade política modificando as bases da sociedade feudal, que era essencialmente agrícola. Assim, de acordo com os autores, estas foram as razões para as transformações européias as quais contribuíram para desarticular o sistema feudal estabelecido e impulsionaram as atividades mercantis fazendo com que as iniciativas dos comerciantes urbanos fossem ampliadas.

Esta abordagem explicativa sobre os elementos da transição aproxima-se dos argumentos de M. Dobb (1986) sobre a origem do capitalismo. A teoria dobiniana defende que o burgo não era o único elemento da transição, visto que as cidades eram de origem rural e representavam a continuidade do poder senhorial. Neste sentido, também o incremento do comércio, o crescimento populacional e as Cruzadas foram responsáveis pela desintegração feudal que, combinados à expropriação e às lutas de classe, foram capazes de desestruturar o antigo modo de produção.

Outra coleção analisada foi a *História e Vida Integrada*. Nesta coleção, os autores também propõem uma articulação entre a história do Brasil e a história geral. Procuram obedecer a uma seqüência cronológica e, neste sentido, o volume da 6ª série inicia com a Idade Média e finaliza com o contexto histórico brasileiro

no século XVIII.

Em se tratando da transição feudal/capitalismo pode-se verificar no volume da sexta série um capítulo sobre o declínio do feudalismo. Este capítulo não desperta a atenção do estudante, e nem do educador, para pensar sobre outra explicação para o período de transição que não seja por intermédio do modelo mercantilista.

Os autores, reafirmando o mercantilismo, apresentam este capítulo sob o título de "O fortalecimento do comércio e das cidades", deixando claro que o comércio ressurgiu a partir das Cruzadas, na medida em que os europeus puderam conhecer e usar os produtos trazidos do Oriente (PILETTI, 2007, p.51).

Porém, estudos sobre as formações sociais européias demonstraram que as Cruzadas, tanto a primeira de 1096 até 1099, como a última em 1270, embora fortalecessem o comércio das cidades italianas, não desintegrou o sistema feudal nesta região. O declínio feudal nestes lugares foi mais lento, visto que continuava a exploração camponesa e não havia investimento na manufatura.

Para ampliar a compreensão deste tema, os textos e as imagens contidas no mesmo capítulo reafirmam ao leitor que a consolidação do comércio teve como consequência o crescimento das cidades e assim foi "surgindo na Europa um novo ideal de vida" (PILETTI, 2007, p.52).

Considerando as transformações ocorridas na Europa a partir do século XI, os autores da coleção *História e Vida Integrada* utilizam argumentos para explicar o declínio feudal se referindo aos conflitos entre a burguesia e os senhores feudais, admitindo ter sido um longo processo até que a burguesia conquistasse o poder. Estabelecem, ainda, uma comparação entre os conflitos de classe e o surgimento do capitalismo, na medida em que o sistema feudal dificultava as transações comerciais.

O Manual do Professor também enfatiza o papel decisivo do mercado na alteração do processo de relações sociais no final do período medieval (MANUAL DO PROFESSOR, 2007, p.28).

Dando prosseguimento a esta abordagem conceitual, os autores destacam que com o desenvolvimento do comércio, a nobreza aumentou a exploração dos

servos e "Em resposta surgiram revoltas e fugas de camponeses para as cidades" (PILETTI, 2007, p.3).

Reconhece-se que esta afirmação dos autores pode reforçar equívocos como o surgimento do capitalismo associado a origem das cidades e o desenvolvimento do comércio.

Neste sentido, mesmo que a nobreza feudal tivesse interesse em reprimir as revoltas camponesas em sua propriedade, existia o interesse de uma nova classe emergente que foi ganhando autoridade sobre uma determinada região e que foi lentamente centralizando poder. A migração rural, decorrente do empobrecimento dos camponeses, classe numerosa e esgotada devido aos encargos, tinha nas cidades uma possibilidade de uma vida melhor. Porém, esse não foi necessariamente um elemento desintegrador, visto que

A crise provém, sem dúvida alguma do agravamento da exploração das massas camponesas, não tendo mais como contrapartida um desenvolvimento das forças produtivas, porque os impostos senhoriais chegaram a ser puramente parasitários, e aumentavam com o gosto pelo luxo e com o desenvolvimento das trocas no seio das classes superiores (PARAIN in SANTIAGO, p.31).

Ainda, sugerem os autores no Manual que "Caberá ao professor a tarefa de mostrar aos alunos a diferença da união dos burgueses (em prol de uma atividade produtiva e comercial) e dos camponeses (em atitude de revolta, quanto a sua condição de explorados e dominados pelos senhores de terra)" (MANUAL DO PROFESSOR, 2007, p.28).

No primeiro capítulo do volume da 7ª série é abordado o "Absolutismo e o Mercantilismo" e os estudantes são estimulados a reconhecer os processos de transformações no continente europeu através de continuidade e rupturas.

Em relação às mudanças econômicas a partir do século XI, os autores explicam que elas decorreram das melhorias das técnicas utilizadas na lavoura, da diminuição das epidemias e das invasões de povos inimigos. Assim sendo, essas

condições geraram um excedente agrícola e, em consequência, o comércio se ampliou.

Reafirmando esta matriz teórica, em relação ao período de transição, os autores escrevem que

As Cruzadas colaboraram com todo esse movimento, pois possibilitaram a abertura de novas rotas de negócios, sobretudo em regiões próximas ao Mediterrâneo. Com isso, vários produtos orientais passaram a entrar na Europa para o consumo da nobreza. Todas essas mudanças provocaram uma circulação maior de dinheiro em toda Europa ocidental (PILETTI, 2007, p.16).

Constata-se que, também, estes autores deixam de enfatizar como, por exemplo, a prosperidade do pequeno produtor como um dos elementos internos responsáveis pela desestruturação do mundo feudal (DOBB, 1986).

Reafirmando o modelo mercantil, os autores sugerem uma atividade para que o estudante compare o mundo medieval com as principais mudanças na Europa moderna a partir do século XI, destacando que “a terra era a principal riqueza. Na Europa do início dos tempos modernos, percebe-se a crescente valorização do dinheiro. Rico passou a ser quem detinha capital e não mais quem tinha a posse das terras” (PILETTI, 2007, p.20).

Verifica-se que para explicar as origens do capitalismo os autores da *História e Vida Integrada* têm como ponto de partida de análise uma categoria simples, como por exemplo, a necessidade do valor de troca. Porém analisar as categorias isoladamente não constitui o método científico mais adequado, pois “O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada” (MARX, 1983, p.218).

Dando procedimento à análise, outra coleção averiguada foi a coleção *Saber e Fazer História*. Nela o autor trata do período de transição no volume da 7ª série no item intitulado de "Pioneirismo". Este item contém um texto explicativo

apresentando uma síntese sobre a acumulação de capitais que favoreceram a posterior industrialização inglesa.

Ainda neste mesmo volume, da 7ª série, encontra-se referência aos cercamentos, prática de ocupação das terras comunais pela nobreza rural. Nesta perspectiva, destaca o autor, que isso implicou na expulsão dos camponeses que nelas trabalhavam, sendo que estas terras passaram a ser utilizadas para ampliar as pastagens e aumentar a produção de lã para ser usada como matéria-prima na confecção de tecidos; neste sentido o autor reconhece que "diminuíram-se as terras agrícolas e ampliaram-se as terras destinadas aos rebanhos. Perdendo suas terras, muitos camponeses começaram migrar para as cidades, sujeitando-se a qualquer tipo de trabalho urbano" (COTRIN,2007, p.41).

Neste ponto, a explicação se aproxima da teoria dobiniana sobre a origem do capitalismo, essencialmente quando trata dos arrendamentos das terras para atividades agrícolas, resultando na formação da fazenda capitalista e a expropriação do camponês.

Referente aos cercamentos a teoria dobiniana assim expressa

Quem se sacrificou com o cercamento foi, em geral, o pequeno lavrador, que, assim expropriado ia engrossar as fileiras do proletariado ou semiproletariado rural, conseguindo emprego assalariado quando tinha sorte e sendo flagelado pela crueldade da Lei dos Pobres dos Tudor quando a sorte não lhe sorria (DOBB, 1986, p.90).

Ainda sobre os cercamentos é relevante salientar que era uma prática utilizada na Inglaterra desde o século XVIII. Esta prática era autorizada pelo parlamento para fornecer mão-de-obra abundante e barata e serviu para beneficiar a gentry (a nobreza rural) o que desencadeou no processo de destruição do sistema de produção comunal que existia na aldeia, tendo como consequência a migração de grande parte de camponeses e artesãos para as cidades (DOBB,1986).

No Manual do Professor da coleção *Saber e Fazer História* é possível constatar uma explicação que a população européia vivia, em sua maioria, no

campo e organizava a sua produção agrícola e o pastoreio para atender as suas necessidades. Considera, também, o autor, a importância da Revolução Gloriosa na Inglaterra do século XVII, a qual ampliou a participação da burguesia por intermédio da criação de créditos financeiros, tendo como consequência(por parte da burguesia) a expansão do comércio marítimo e acumulação de capitais (MANUAL DO PROFESSOR, 2007, p.41).

Quanto à questão da transição, embora esta coleção trate dos elementos pré-capitalistas, nem o declínio do feudalismo e nem as origens do capitalismo são delimitados a fim de que o leitor identifique as mudanças estruturais entre esses modos de produção. O autor apresenta as transformações ocorridas no Antigo Regime através das lutas contra o absolutismo inglês e posteriormente refere-se à atuação da burguesia. Para explicar o processo de desintegração feudal, evidencia alguns dos elementos da transição como, por exemplo: a expulsão dos camponeses e sua exploração, e o surgimento das cidades e do comércio, perspectiva teórico-metodológica que se aproxima da abordagem marxista.

Ainda no volume da 7ª série, tratando do período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, em especial na Inglaterra, à Revolução Inglesa como um processo que teve como consequências o fim do absolutismo e o avanço capitalista, destacando que na Inglaterra houve "transformação na estrutura agrária, modificação das relações trabalhistas no campo, o aperfeiçoamento das técnicas de produção" (COTRIN, 2007, p.24).

Neste ponto, o autor poderia ter registrado que as revoluções inglesas do século XVII emergiram da necessidade da classe média daquele país, a burguesia manufatureira, em romper com o absolutismo, considerado um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo (DOBB, 1986). Ao se referir ao capitalismo agrário e as relações trabalhistas, o autor traz explicações sobre a transição mais próxima da abordagem dobriniana. Esta abordagem teórica pela qual Cotrin (2007) optou, permite que se estabeleçam relações entre o declínio feudal e as origens do capitalismo. Enfatiza que o capitalismo agrário se iniciou na Inglaterra por

intermédio de um processo que se deu com

“A maciça expropriação de camponeses independentes, a acumulação interna e externa, a abertura de mercados mundiais (séc. XVI e XVIII), que permitiu ao capitalismo inglês realizar a revolução industrial, isto é, a substituição do trabalho manual pela máquina” (MAMIGONIAN, 1982, p.78).

A última coleção investigada para a pesquisa sobre a temática da transição foi a coleção *Nova História Crítica*. Mesmo que esta coleção não tenha sido recomendada pelo PNLD de 2008 por ter apresentado, segundo os avaliadores, "problemas conceituais", ela foi escolhida devido ao fato desta ter gerado novas discussões sobre a questão dos livros didáticos.

Entretanto, esta pesquisa não se propõe a discorrer sobre o livro didático e o mercado editorial, ou mesmo o caráter ideológico daquele, e sim analisar o período de transição entre o feudalismo e o capitalismo nas coleções de Geografia e História selecionadas, para verificar se a categoria marxista de formação social/pequeno modo de produção está presente nas mesmas.

Apenas a título de informação, vale lembrar que a coleção *Nova História Crítica* foi uma das 53 coleções excluídas na última avaliação do Ministério da Educação (MEC), num total de 144 títulos analisados pelos avaliadores que participam do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD, 2008).

Ao tratar da transição, a coleção *Nova História Crítica* apresenta no volume da 6ª série, no item intitulado "As coisas vão mudar", o que segue:

Durante séculos e séculos, a sociedade feudal mudou muito pouco. Parecia até que o mundo jamais sairia da Idade Média. Entretanto, a roda da História continuava se movimentando. Lá por volta dos séculos XI, XII,

as coisas começaram a mudar lentamente. A produção econômica, o tamanho da população e o comércio voltaram a crescer com destaque. Apareceram novas cidades e, aos poucos, o dinheiro se tornou muito importante. O comércio passou a unir diversas partes da Europa. Surgia uma nova classe social: a burguesia. O feudalismo ainda iria sobreviver alguns séculos, mas o germe de sua destruição já estava plantado: era o capitalismo (SCHMIDT, 2001, p.34).

Schmidt (2001) trabalha na perspectiva que o declínio feudal resultou da produção econômica, do aumento populacional e do incremento do comércio; logo sua ênfase também está no grande modo de produção, ou seja, no modelo mercantil e no modelo demográfico, conhecido como malthusianismo⁸.

Afirma-se, novamente, que Brenner (1988) propõe críticas ao modelo demográfico e ao modelo mercantil, e defende que considera o método mais adequado a categoria marxista das lutas de classe.

Continuando a análise dos textos didáticos, no próximo capítulo desta mesma série a respeito do período de transição, o autor deixa claro que as grandes mudanças ocorridas na economia da Europa ocidental nos séculos XI, XII e XIII foram decorrentes das novidades tecnológicas e que as mudanças causaram o aumento na produção agrícola e artesanal. Também ressalta que o renascimento do comércio tornou possível o crescimento das cidades (SCHMIDT, 2005).

Ainda neste volume da 6ª série, podem-se encontrar alguns elementos do período de transição como, por exemplo, a mentalidade medieval na qual a terra não era vista como mercadoria, pois havia um desprezo por parte dos nobres em relação à vida burguesa a qual estava ancorada no trabalho, no cálculo dos lucros e no comércio. Reconhece-se que estas hipóteses não são as únicas enfatizadas na transição de acordo com a perspectiva marxista referente a formação sócio-

⁸ Doutrina de Thomas R. Malthus (1766- 1834) que defendia a necessidade de impor limites para a reprodução dos seres humanos, pois o crescimento demográfico implicaria sempre na falta de alimentos.

espacial, que também destaca a desintegração no pequeno modo de produção.

Também o autor destaca a inexistência de um mercado de trabalho na medida em que o servo não era livre para procurar trabalho. Para complementar a explicação sobre o tema, ele relembra que essas mudanças ocorreram de forma lenta, levando vários séculos, pois "Elas caracterizaram a transição da agricultura feudal para a agricultura capitalista" (SCHMIDT, 2005, p.50).

Ainda a respeito da transição a coleção *Nova História Crítica* explica, no volume da 7ª série, que

Foi uma estrada iniciada lá por volta do ano 1000. Séculos depois alguns nobres se tornados capitalistas. Outros nobres, contudo, não souberam ou não puderam fazer o mesmo. Seus feudos foram se tornando cada vez mais obsoletos, ineficazes economicamente. Um dia acabariam arruinados. Mas isso só foi acontecer mesmo a partir dos séculos XVII, XVIII e XIX (SCHMIDT, 2005, p.50).

Neste ponto a explicação sobre a desarticulação do sistema feudal é apresentada de modo homogêneo, desconsiderando as formações europeias desiguais. Articulando essa explicação à teoria dobiniana, o autor poderia ter dito que "O desenvolvimento do capitalismo se classificou numa série de estágios, caracterizados por níveis diversos de maturidade e cada qual reconhecível por traços bastante distintos" (DOBB, 1986, p.14).

Continuando o conteúdo sobre a destruição do mundo feudal, este se inicia com a Revolução Inglesa do século XVII, considerada como a consagração do ideal político liberal. Schmidt (2005) atribui as mudanças no comércio, as guerras, os impostos e as más colheitas às conseqüências do aumento da miséria do camponês. Assim, mesmo que o autor reconheça que piorou a vida dos mais pobres, apresenta poucos argumentos sobre a hipótese de desintegração feudal a partir do pequeno produtor, embora em alguns capítulos faça referências às lutas de classe, mas desconsidera a diferenciação social ocorrida no próprio feudo.

Reconhece-se que a teoria dobiniana, ao tratar sobre o período de transição feudalismo/capitalismo, mantém-se fiel as categorias de análises

marxistas, considerando em sua tese as relações de produção, pequeno modo de produção, as contradições internas e as lutas de classes como fatores presentes ainda num estágio embrionário dentro do feudalismo.

Também se destaca que Brenner (1988) insiste nas estruturas de classe, quando trata da questão da transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista.

A seguir pretende-se explicitar as abordagens teóricas contidas nos livros didáticos de Geografia e História, selecionados para a pesquisa, bem como diferenciá-las para desvendar a concepção de aprendizagem contida nos textos didáticos.

2.4: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRANSIÇÃO FEUDALISMO/CAPITALISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Ao analisar o período de transição entre o mundo feudal e o início do capitalismo, destacado na pesquisa em questão, pretendeu-se rever as explicações mecanicistas as quais conduzem os leitores a acreditarem que o capitalismo surgiu naturalmente, ou seja, que “foi o resultado natural de práticas humanas quase tão antigas quanto a própria espécie” (WOOD, 2001, p.21).

Examinando as interpretações sobre as origens do capitalismo, contidas nos livros didáticos de Geografia e de História, constatou-se que elas são decorrentes dos seguintes modelos explicativos: mercantil, demográfico e marxista.

Relembrando que o modelo mercantil enfatiza o capital comercial, que o modelo demográfico defende que o aumento demográfico europeu teve como causa imediata a destruição do sistema feudal e que o modelo marxista privilegia as lutas de classe, considerando como categoria de análise as estruturas de classes.

A intenção da pesquisa foi oferecer aos educadores e educandos, por

intermédio dos livros didáticos de Geografia e História, a possibilidade de reconhecer as explicações sobre a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista durante os séculos XI ao XVIII no continente europeu, a fim de que os mesmos pudessem diferenciar as formações sócio-espaciais que se desenharam naquele período.

Enfatiza-se que o despreparo para escolha do livro didático de Geografia e História, por parte dos educadores, pode ter como consequência uma aprendizagem priorizada pela formação global de importantes conceitos dessas áreas do conhecimento. Isto pode causar generalizações dos conceitos ou, até mesmo, explicações homogêneas às quais desconsideram as diferentes regionalizações de determinados espaços geográficos, ocorridas em períodos históricos distintos.

Ainda vale lembrar que o conhecimento histórico contido no conhecimento geográfico nem sempre está explícito para o educador. Ressalta-se, também, que o entendimento das diferentes formações sócio-espaciais pode facilitar a compreensão de uma unidade lógica, em suas especificidades, às quais podem ser relacionadas a um contexto mais amplo para se entender a dinâmica de uma sociedade; assim como seus processos de diferenciação social.

Nesta mesma concepção de aprendizagem, conhecer a geografia e a história de diferentes contextos implica em conhecer suas contradições, seu modo de produção dominante e também reconhecer os períodos de transição de um modo de produção para outro.

Entretanto, evidencia-se que o conteúdo trabalhado na “geografia escolar” prioriza, de um modo geral, uma visão homogênea em relação às origens do capitalismo, ou seja, explica-se a passagem do período feudal para o modo de produção capitalista atribuindo pouco, ou quase nenhum significado à importância das lutas de classes que ocorreram no período de transição.

Destaca-se, ainda, que nos procedimentos metodológicos contido nos textos didáticos pesquisados, encontra-se pouca evidência sobre a formação do espaço geográfico como uma organização que reflete a “ação social do homem sobre a natureza” (PEREIRA, 1999, p.16).

Sendo assim, tal situação pode impedir uma compreensão da sociedade como algo dinâmico e como um lugar onde se reproduzem as relações dos homens entre si e com a natureza. Logo, uma explicação que prioriza o mecanicismo dificulta o entendimento de que o espaço geográfico é resultante das relações vividas no ambiente físico e social.

Sublinha-se que esta abordagem teórica mecanicista está intimamente relacionada ao capital comercial, como foi mencionado anteriormente.

Ainda destaco alguns objetivos gerais de Geografia e de História recomendados pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), os quais se referem às orientações para trabalhar essas disciplinas, tais como

compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços técnicos e tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas decorrentes de conflitos e acordos, que ainda não são usufruídos por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las (PCN, 2001, p.121).

Ou ainda um dos objetivos gerais de História o qual afirma a importância de “reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço” (PCN, 2001, p.41).

Sabe-se que a maioria dos educadores com formação em Geografia e/ou História atuam nas duas áreas do conhecimento, tornando uma boa justificativa para se refletir a Geografia Humana na mesma perspectiva da História e vice-versa, a fim de que ocorra o entendimento de explicações significativas, às quais permitam diferenciar as abordagens teóricas para explicar as fases entre o declínio do feudalismo e o desenvolvimento do capitalismo.

Entende-se que a categoria de análise de formação sócio-espacial é a condição básica para a compreensão e a diferenciação dos modelos que explicam a passagem entre o modo de produção feudal para o modo de produção

capitalista.

Evidencia-se, grosso modo, que tanto as Coleções didáticas de Geografia quanto as Coleções didáticas de História, ao trabalharem os conteúdos integrados entre o contexto histórico Brasil e mundo, pouco enfatizam a questão da transição feudalismo/ capitalismo.

Contata-se, também, que geralmente os textos didáticos iniciam numa determinada série com o feudalismo, suas características e declínio, e, na série seguinte, inicia-se o conteúdo sobre o capitalismo. Assim, muitas vezes, os conteúdos são abordados por intermédio de temáticas, ocultando a questão da transição e fazendo com que o leitor receba uma interpretação seqüencial: fim do feudalismo logo início do capitalismo.

De um modo geral, a ênfase explicativa encontra-se no capital comercial como resposta para a desintegração do mundo feudal. Também alguns autores consideram as revoluções burguesas ou a Revolução Industrial na Inglaterra em 1870, como sendo o período em que o capitalismo se originou.

Reforça-se que as explicações homogêneas contidas nos livros didáticos impedem a compreensão sobre o conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas, características de cada formação espacial. Neste sentido as transformações que iniciaram na Europa, a partir do século XI, são apresentadas na grande maioria dos livros didáticos como decorrentes do desenvolvimento do comércio e das cidades, às quais acrescidas ao surgimento de uma nova classe social, a burguesia, foram consideradas as condições determinantes para que os senhores feudais perdessem seus poderes econômicos e políticos.

Sabe-se que neste tipo de abordagem explicativa os elementos pré-capitalistas surgiram em conseqüência do incremento do comércio e da fuga dos servos para as cidades e que, de acordo com essa perspectiva, estes foram os fatores que contribuíram para o declínio do mundo feudal.

Constata-se ser esta uma explicação bastante comum nas escolas, decorrente da formação dos educadores, bem como nos textos didáticos, mas isto não significa que os educadores desconsiderem a questão da transição numa abordagem marxista, mesmo porque se constata que muitos têm o compromisso

de provocar novas reflexões sobre diferentes questões de aprendizagem.

É oportuno lembrar que, segundo Marx, o capitalismo se originou das entranhas do feudalismo e se beneficiou de meios peculiares de acumulação originária de capital inclusive, embora não unicamente, do colonialismo e do tráfico de escravos (MARX, 1986).

Consta-se que os argumentos explicativos sobre a transição, embasados na categoria marxista de formação social, estão pouco presentes nas coleções analisadas. Contudo, é possível encontrar nas coleções *Projeto Araribá História e Saber e Fazer História* uma proximidade maior com o modelo explicativo marxista no qual a teoria doiniana está fundamentada (cf quadro nº5, em anexo).

Ainda verifica-se que em todas as coleções pesquisadas existem pouquíssimas explicações sobre as origens do capitalismo, sendo que quando os autores fazem referência ao período de transição, a argumentação e a fundamentação teórica estão embasadas no modelo mercantil.

Porém, enfatiza-se

“O modo de produção capitalista iniciou-se com a manufatura, cujos prenúncios ocorreram nas cidades italianas (séc. XIV e XV) e flamengas (séc. XV), mas a era capitalista data do século XVI quando surgiram as manufaturas na Inglaterra” (MAMIGONIAN, 1982, p.78).

Em relação aos livros didáticos de Geografia, mesmo que os autores optem por trabalhar com regionalizações geográficas diferenciando os espaços geográficos de acordo com os modos de produção, há pouca evidência sobre as origens do capitalismo numa abordagem marxista.

Lembrando que, conforme assinalou Lênin, o capitalismo pode se desenvolver seguindo tanto uma via prussiana, onde a grande fazenda latifundiária “se transforma numa fazenda burguesa, *juncker*, condenando os camponeses a décadas inteiras... (de) expropriação e... jugo...”, quanto um caminho de tipo norte-americano, onde o mesmo camponês “passa a ser o agente

exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista” (LENIN, apud SILVA, 2007).

De um modo geral, as coleções de História abordam as lutas de classes, ou seja, as lutas pela derrota do feudalismo, mas não deixam claro quais são as origens do capitalismo de acordo com as categorias marxistas de formação social/pequeno modo de produção, que foram se desenvolvendo entre o século XI e XVIII, na Europa Ocidental.

Desse modo, continua-se enfatizar que as respostas sobre a transição discutida na perspectiva marxista, representam uma possibilidade de compreensão dos estágios de desenvolvimento social entre o declínio feudal e o início do capitalismo, enfim, entender o processo de acumulação de capital e as razões pelas quais ocorreu a desintegração feudal. Por intermédio dessa categoria de análise, também, é possível entender os fatores internos e “externos” da crise feudal.

Sublinha-se que muitas vezes não são consideradas como categoria de análise as formações sociais específicas e suas variações. Essa categoria de análise é capaz de explicar a desagregação do modo de produção feudal porque considera as contradições internas que, ao se intensificar favoreceu a acumulação de capital para alguns pequenos produtores ingleses.

Destaco, ainda, que é possível compreender os modos de produção e as relações sociais por intermédio do método de análise marxista para poder explicar como se derivam as formações sócio-espaciais em suas diferenciações regionais, em especial, a desintegração feudal (MARX, 1984).

Neste sentido a pressão do comércio não pode ser a única explicação para justificar o declínio do modo de produção feudal, visto que existem outros modelos teóricos de explicação para o período de transição.

Considerado um importante referencial teórico sobre a questão da transição, Maurice Dobb (1946), economista inglês, tratou da origem do capitalismo considerando as relações de produção como critério para entender o período de transição. Sua contribuição representa novas possibilidades para entender a formação social do espaço geográfico da Europa ocidental, bem como

suas diferenças em relação às formações sociais da Europa oriental e mediterrânea.

Embora muitos autores ainda sustentem que o impulso do comércio determinou o capitalismo, a partir do século XV, outra interpretação sobre o período de transição entre os modos de produção feudal e capitalista vem ocorrendo desde os anos 50.

A importância dos debates de autores como Dobb (1986), Sweezy (2004), Brenner (1988), entre outros historiadores e economistas marxistas, está na possibilidade em refletir sobre essa questão numa abordagem que não contemple apenas o capitalismo comercial como resposta para a desintegração do modo de produção feudal.

É oportuno destacar uma entrevista do historiador Jérôme Baschet, um dos principais especialistas em Idade Média à Folha de São Paulo, na qual ele reforça sua tese dizendo que o impulso do comércio “não significa o advento do capitalismo” (LIVDVIK, 2006).

Entretanto, a maioria dos livros didáticos investigados nessa pesquisa prioriza que a desintegração do sistema feudal ocorreu devido o incremento do comércio o qual favoreceu novas relações de produção capazes de gerar um novo modo de produção, premissa sustentada na circulação de mercadorias.

Ainda a respeito dos livros didáticos investigados, procurou-se identificar nos textos neles contidos o referencial marxista para propor o retorno do debate acadêmico sobre a questão da transição, despertando o interesse dos educadores de Geografia e História acerca dessa discussão.

Nesta perspectiva de ensino e aprendizagem, acredita-se que a abordagem marxista, sustentada pelo conceito de formação sócio-espacial, oferece respostas para entender as diferenças regionais existentes na Europa a partir do século XIV, período em que se iniciam as transformações no pequeno modo de produção e que determinaram a prosperidade de alguns pequenos produtores (DOBB, 1986).

A seguir foi realizada uma síntese dos debates sobre a transição feudalismo/capitalismo como uma tentativa de compreender essa temática de acordo com a abordagem marxista, fundamentado no paradigma de formação

sócio espacial/ pequeno modo de produção e, em consequência, entender a crise feudal como resultado de um conjunto de fatores e não como resultado único da evolução do comércio.

CAPÍTULO III: A TRANSIÇÃO: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICA

O debate sobre a transição iniciou entre 1950 e 1953 na revista americana *Science and Society*, quando Paul M. Sweezy, da Universidade de Havard, faz uma crítica ao livro *Studies in the development of capitalism*, publicado em 1946, de Maurice Dobb, da Universidade de Cambridge.

Este debate teve como principal objetivo apontar as forças responsáveis pela derrocata do feudalismo e as possíveis causas da origem do capitalismo.

Maurice Dobb, economista inglês, desenvolveu seus estudos sobre o declínio do feudalismo e os embriões do capitalismo utilizando o método marxista, considerando as relações de produção como critério a fim de entender o período de transição. Sua teoria apresentou-se como uma nova possibilidade de entendimento do espaço geográfico da Europa ocidental e suas formações sócio-espaciais. Seus estudos são de grande relevância para que a história econômica da origem do capitalismo fosse revista sob outra concepção teórica, capaz de criticar o malthusianismo e o grande capital comercial como elementos desintegradores da sociedade feudal.

A partir de 1970 esse debate sobre a transição teve continuidade com Robert Brenner, com seu artigo “Estructura de clases agrária y desarrollo económico em la Europa pre industrial”, publicado no n.º70 de *Past and Present* (febrero de 1976), desencadeando novas interpretações entre historiadores, economistas e demais interessados em conhecer as causas da origem da transição e as respectivas formações sociais européias.

O período denominado de transição entre o feudalismo e o capitalismo é considerado o momento histórico da passagem da lógica da servidão para a exploração do trabalho assalariado, período em que vai se formando uma nova estrutura de classe coexistindo, ainda, com a estrutura feudal. Essa passagem durou séculos, sendo que a revolução burguesa inglesa do século XVII consolidou

o modo de produção capitalista. A partir de então, foi se estruturando uma nova formação social capaz de desestruturar as antigas relações sociais e produtivas. Neste processo de desintegração feudal, as novas relações sociais e produtivas foram impulsionadas pela acumulação primitiva, pelas lutas de classes, pela divisão do trabalho que, combinadas, resultaram no trabalho assalariado e na exploração capitalista da mão-de-obra.

Reforça-se que esse período histórico foi um longo período e que a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista “é, portanto um longo processo que nada tem de uniforme. Cobre pelo menos cinco ou seis fases” (HOBBSAWN, 2004, p.162).

Em relação ao período de transição, este é um ponto que os pesquisadores não divergem, existe um consenso entre esses teóricos que o período da desintegração feudal e o aparecimento dos elementos pré capitalista surgem no final do século XVI, sendo que no início do século XVII o modo de produção capitalista foi se tornando determinante.

M. Dobb, discorrendo quanto à cronologia e as diferentes formas de feudalismo, alerta que seja evitada a hipótese de tendência natural do feudalismo se transformar no capitalismo. Defende que na medida em que os pequenos produtores se tornavam independentes, esse sistema ia se desintegrando “porque esse processo de diferenciação social no interior do pequeno modo de produção teve que amadurecer antes do surgimento da produção capitalista, tornou-se necessário um intervalo entre o começo e o declínio da servidão e a ascensão do capitalismo” (DOBB, 2004, p.125).

A própria origem do termo “capitalismo”, segundo Dobb (1986), é utilizada de formas variadas, às vezes sem significar um sistema histórico ou uma categoria histórica, ou seja, esse termo é utilizado no seu sentido técnico, sem que sejam consideradas as relações econômicas e sociais decorrentes desse sistema.

De um modo geral, o período de transição foi caracterizado por muitos pesquisadores dessa temática como um período que, embora a servidão continuasse existindo, algumas regiões da Europa ocidental sofriam modificações nas relações de produção. Este processo de modificações se deu nas relações de

produção manufatureira onde os produtores, que eram donos dos meios de produção, foram perdendo espaço para as relações capitalistas que iam se desenvolvendo dentro do próprio feudo.

É relevante considerar que a partir dos estudos da transição feudalismo/capitalismo tornou-se possível conhecer a geografia do capitalismo que foi se desenhando em diferentes escalas temporais de acordo com um desenvolvimento regional desigual. Posteriormente, esse desenvolvimento desigual implicou num desenvolvimento para os países mais adiantados como a Grã Bretanha em detrimento do atraso de outras partes do mundo, sendo que tal processo de diferenciação teve início na Europa ocidental, entre o século XIV e XV.

Para melhor ilustrar as formações sociais europeias deste período histórico, no mapa a seguir é possível ver como elas estavam caracterizadas. Tal caracterização corresponde ao critério de regionalização o qual considera a diversidade dentro da unidade e delimita os diferentes modos de produção para interpretar as formações sócio-espaciais.

Assim, resumidamente, as formações sociais europeias, na parte ocidental durante o século XII, estavam desenhadas da seguinte maneira: zona feudal, onde a agricultura estava organizada pelo sistema senhorial, “petty-commodity” (pequenos mercadores), com produtores individuais que viviam nas comunidades e dependiam da agricultura ou do artesanato, “sedentary pastoral”, que era um modo de produção auto-suficiente com a produção controlada pela família e a zona com modo de produção misto (HECHTER e BRUSTEIN, 1980).

No mapa também é possível identificar o modelo interno desenhado de modo desigual, decorrente dos modos distintos de produção que estavam se formando a partir do século XII, como também os diferentes tipos de organização social. Estas organizações, distribuídas geograficamente, estão representados na legenda a fim de melhor explicar a existência de regiões específicas que coexistiam na Europa ocidental.

EUROPA OCIDENTAL – SÉCULO XII
Regionalizações e diferentes Modos de Produção

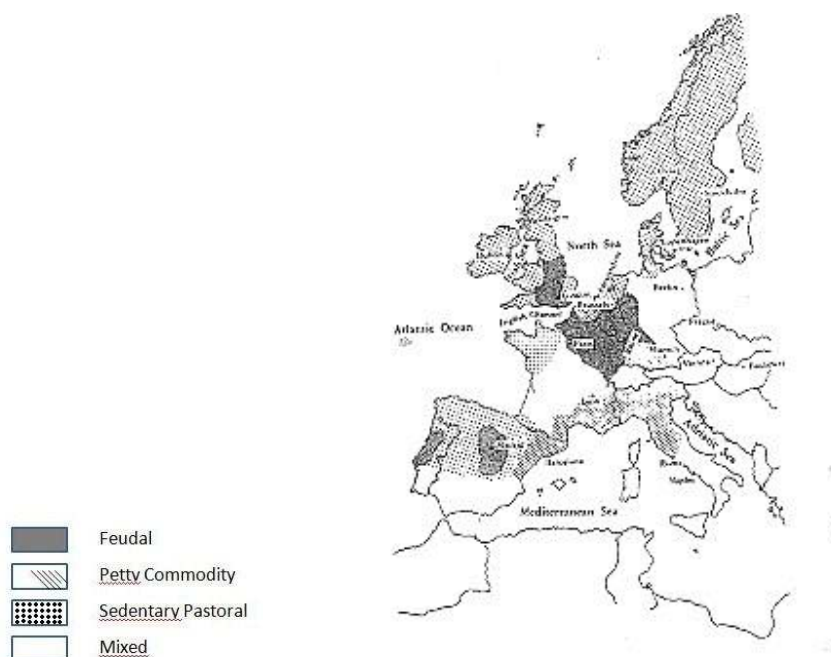


Figura 1 mapa de Hechter, Michel e Brustein, William(1980 p1067).

É adequado considerarmos os debates sobre a transição de M. Dobb e posteriores contribuições de P. Swezzy, R. Hilton, R. Brenner, assim como o resumo dos debates organizados por E. Wood, entre outros referenciais teóricos. Estes são exemplos de literatura que possibilitam pensar a questão da transição feudal/capitalismo numa perspectiva histórico-geográfica.

Ressalta-se que a importância do debate está na revisão historiográfica do processo de desintegração feudal como condição para se reconhecer os

elementos pré- capitalistas que foram brotando no interior do próprio feudo. Da mesma forma esta literatura oferece uma possibilidade de compreensão da dinâmica interna e “externa”⁹, assim como as relações de produção existentes nas formações sócio-espaciais européias.

Nos argumentos de M. Dobb as causas fundamentais do declínio do feudalismo como sistema de produção foram a ineficiência do próprio sistema feudal “conjugada às necessidades crescentes de renda por parte da classe dominante” na medida em que “essa necessidade de renda adicional promoveu um aumento da pressão sobre o produtor a um ponto em que se tornou literalmente insuportável” (DOBB,1986, p. 32).

Isso ocorreu desde o século V com o subenfeudamento, as guerras e o banditismo, o desenvolvimento do comércio, a partir do século X, e, também, com o crescimento da população, entre o século XII e XIII, sem que ocorresse uma ampliação no tamanho das terras cultiváveis, e com o declínio populacional, no século XIV e XV. Logo o processo de dissolução do sistema feudal, inicia-se na luta de classe, combinado à baixa produtividade e à pressão senhorial para alcançar maiores rendas.

É importante lembrar que a teoria dobiniana enfatiza o papel do pequeno modo de produção como resposta para a compreensão do período de transição feudal/capitalista. Este autor, também, sustenta que a servidão é o fator que define o sistema feudal.

P. Sweezy (2004), ao interpretar o período de transição, considerou as relações de trocas, os fatores externos definidos pelo comércio como responsáveis pela desintegração do mundo feudal. Sua interpretação quanto ao período de transição é mais circulacionista, porque seus argumentos priorizam a circulação de mercadorias como o maior determinante para o declínio feudal.

Em sua teoria M.Dobb (1986) refuta a hipótese que considera a

⁹ A insistência nas aspas, não é gratuita. Segundo Merrington (2004), o mercantilismo, essencialmente parasita do feudalismo, não pode ser considerado, como na abordagem circulacionista, como elemento externo, mas outros internos a sociedade feudal.

proximidade dos centros comerciais europeus o fator determinante para a desintegração feudal, ou seja, contesta que a circulação de mercadorias foi o único elemento desintegrador do modo de produção feudal. Neste sentido, conforme já foi mencionado, este teórico apresenta o exemplo das transformações ocorridas na formação sócio-espacial da Inglaterra, a partir do século XI, onde as partes norte e ocidental dessa região eram mais atrasadas e a servidão desapareceu mais cedo, enquanto que a parte sudeste deste país a servidão levou mais tempo para desaparecer e era na parte considerada mais progressista, com mercados urbanos desenvolvidos (p.29).

M. Dobb e P.Sweezy têm alguns pontos em comum sobre a transição. Hipóteses como a questão da extravagância da nobreza e a fuga dos servos, por exemplo, ambos concordam como condições desintegradoras do modo de produção antigo, embora Sweezy considere que estes argumentos não são suficientes para derrubar o modelo mercantil, fundamentado no capitalismo comercial, como a causa do declínio feudal.

Sweezy, ao criticar a teoria dobiniana, busca argumentos na tese de H. Pirenne, teórico não-marxista, e isto fez com que suas explicações fossem bastante criticadas entre os marxistas.

Relembrando que começou com M.Dobb, a partir de 1946, uma nova interpretação sobre as origens do capitalismo, sendo que sua contribuição deu início a novos questionamentos sobre o declínio do feudalismo, tornando possível interpretar essa questão além do modelo clássico denominado circulacionista, o qual atribui à causa principal do declínio do feudalismo o surgimento do capitalismo comercial.

Como já foi mencionado o debate sobre a transição iniciou-se na década de 50, a partir de então as versões históricas do capitalismo começaram a ser questionadas nos debates marxistas.

Ellen Wood (2001) agrupou as explicações sobre a origem do capitalismo alertando que é mais comum explicar o capitalismo como natural e tão antigo quanto à espécie humana.

Assim novamente reforça-se que o valor do debate em questão está em

oferecer novas interpretações para esclarecer as dinâmicas do feudalismo enquanto formação social.

Continuando com o pensamento dos teóricos que deram início ao debate sobre o período de transição feudalismo/capitalismo, veremos como Dobb e Sweezy explicam a desestruturação do mundo feudal.

De modo sucinto, Dobb (1986) trabalha com a hipótese que o capitalismo se originou no pequeno modo de produção e que a luta de classes desencadeou na revolta dos camponeses. Argumenta que estas lutas de classes modificaram a estrutura da sociedade feudal, sendo que a expropriação do camponês da terra resultou como alternativa a venda da sua força de trabalho.

A crise estrutural feudal agravou-se devido a pressão senhorial sob o camponês, na medida em que a baixa produtividade motivava os grandes proprietários a conseguirem maiores rendas e isto implicava em uma super-exploração do trabalho servil.

Neste sentido Marx esclarece

O saque dos bens eclesiásticos, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, o embargo às propriedades comunais, a transformação usurpadora - e efetuada sob um regime de terror - das propriedades feudais e coletivas dos clãs em propriedades privadas modernas – eis os doces métodos da acumulação primitiva (Marx, 1984, pp.178, 179).

M. Dobb considera a linha divisória entre o modo de produção feudal e o capitalismo a subordinação da produção ao capital e suas implicações na relação entre o capitalista e o produtor. Assim, de acordo com essa abordagem conceitual, na Inglaterra a transferência de renda resultou no empobrecimento do senhor e no enriquecimento do pequeno produtor.

Este teórico explica que a diferenciação social, derivada no interior da aldeia, se justifica pela ascensão do pequeno camponês que melhorou sua produção e passou a investir no mercado interno regional.

Sustentando sua tese no marxismo, (id.), refuta o modelo mercantil destacando que

a “influência dissolvente” que o comércio terá sobre a antiga ordem depende do caráter desse sistema; “sua solidez e articulação interna” e, em particular “o novo modo de produção que tomará o lugar do antigo é coisa que não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo de produção antigo (MARX apud DOBB, 1987, pp.29,30).

Sweezy (2004 p.39) contesta a definição de Dobb sobre feudalismo, pois considera uma definição muito comum, associada à servidão e com “muitas generalizações dúbias”, no sentido em que foi utilizado um conceito de aplicabilidade genérica para explicar uma formação social específica.

No entanto Dobb defende-se dizendo que apresenta a idéia de um feudalismo clássico, comprovado apenas na região da Europa ocidental e para melhor justificar cita Engels (p.40) e sua constatação que servidão e dependência existiram, também, em outros períodos históricos.

Contudo, Sweezy (p.41) reconhece a importância da caracterização do feudalismo da Europa ocidental elaborada por Dobb. A caracterização assim se resume: baixo nível técnico com divisão de trabalho muito primitiva, produção para atender a produção familiar e não para atender um mercado mais amplo, agricultura dominial mediante o trabalho compulsório, descentralização política, condicionamento do uso da terra à prestação de serviço e as funções jurídicas ou quase jurídicas exercidas pelo senhor.

De modo sucinto a teoria dobiniana definiu o sistema feudal, na Europa ocidental, fundamentado na relação de servidão e na produção organizada no interior da propriedade feudal, sendo que esta produção era planejada para atender as necessidades imediatas.

Dobb (p.41) defende que a propriedade senhorial com mercados locais não sofreu influência do comércio a longa distância no que se refere aos seus métodos de produção, porém, para ele isso não significa que o sistema feudal tenha sido estático, como também concorda Sweezy. Entretanto, este teórico entende que

“Os conflitos armados feudais conturbam, empobrecem e exaurem a sociedade, mas não tendem a transformá-la” (p.42).

Em relação às mudanças nas estruturas, Sweezy (p.42) afirma que “Os conflitos feudais”, o aumento populacional, o qual teve como causa a expulsão dos filhos dos servos da estrutura feudal devido à falta de condições desse sistema sustentar um número maior de produtores e consumidores, foram fatores de instabilidade; no entanto não foram suficientes para transformar os métodos e as relações de produção.

Sweezy concorda com a tese de Pirenne, a qual defende que o aumento populacional não foi determinante na desintegração feudal e assim conclui “Essa população excedente, porém, conquanto contribua para a instabilidade e insegurança, não exerce nenhuma influência criadora ou revolucionária sobre a sociedade feudal” (SWEEZY, 2004, p.43).

Sweezy (p.44) não descarta a hipótese que o impacto do comércio foi o fator responsável pela desintegração feudal, mesmo concordando com Dobb que o conflito básico ocorreu devido à superexploração da força de trabalho decorrente da fuga dos servos, sendo que os servos que permaneceram nos feudos ficaram sobrecarregados.

Alguns pontos da teoria de Dobb sobre a transição feudalismo/capitalismo são colocados em prova de sustentação por Sweezy (p.45). A hipótese sobre a “crescente necessidade de receita por parte da classe dominante feudal” e a “fuga dos servos da terra” são pontos refutados argumentando que os servos eram considerados como uma fonte de riqueza e que o aumento da classe parasitária ocorreu devido ao crescimento natural das famílias dos nobres. Portanto, reconhece que a subenfeudação, a multiplicação dos dependentes dos nobres, as guerras, o banditismo e a extravagância dos nobres não foram capazes de destruir o antigo modo de produção.

Sweezy (p.46) também discorda sobre as hipóteses relacionadas ao “desprezo pelos interesses dos servos”, afirmando que as guerras e banditismo eram “características naturais do feudalismo” e argumenta, ainda, que as Cruzadas “trouxeram recompensas materiais para seus patrocinadores e

participantes”; portanto defende que estes fatores causaram conflitos feudais “normais”.

Continuando a argumentação sobre a defesa do crescimento da classe parasitária e da crescente extravagância das famílias nobres, pontos que Sweezy também discorda, afirma este teórico que havia muita terra arável e que o crescimento da classe parasitária era proporcional ao crescimento da população servil. Acredita, porém, ser “uma tendência passível de explicação” (p.46) a argumentação referente a extravagância da classe feudal porque a expansão do comércio, a partir do século XI, facilitou o acesso de mercadorias.

Em relação ao problema da fuga dos servos da terra, outro fator citado por Dobb como responsável pelo declínio, Sweezy (p.48) não considera como causa importante para desestruturar a economia feudal, pois não crê que os servos desertassem, mesmo que seus senhores fossem severos, se eles não tivessem para onde ir. A fim de melhor sustentar seus argumentos enfatiza que “a fuga dos servos ocorreu simultaneamente com o crescimento das cidades, especialmente nos séculos XII e XIII”. Neste sentido considera o autor que na medida em que cidades ofereciam liberdade, emprego, possibilidade de ascensão social aos servos, elas se tornaram responsáveis por receber um número grande de emigrantes.

Em se tratando das causas internas do declínio do feudalismo, conclui Sweezy (p.49) que a teoria dobiniana não se sustenta e reafirma que Dobb não conseguiu provar que o comércio não foi a causa da desintegração feudal. Contudo, reconhece a importante contribuição de Dobb sobre a questão da transição.

Sweezy (p.53) justifica a hipótese a respeito da evolução dos gastos da classe dominante apoiando suas idéias na tese de Pirenne, especialmente quando este defende que a ampliação do comércio favoreceu o acesso a novos artigos de luxo e crescente despesa com alimentos, vestuários, armamentos. Portanto, também considerou que o incremento do comércio era “a chave” para a crescente necessidade de receitas pela classe feudal.

As cidades se desenvolveram atraindo a população servil em busca de uma vida livre, fator interno explicativo sobre o declínio feudal aceito por Dobb e Sweezy. Acredita, também, que a emigração dos servos para as cidades em ascensão influenciou na pressão por melhores condições de vida também no campo, influenciando no aumento de salários nas áreas de baixa remuneração e transformando as rendas feudais em renda dinheiro.

Sweezy também reconhece que no sistema feudal as técnicas eram primitivas, as divisões de trabalho eram simples, não havia separação nítida entre produção e consumo (p.54) sendo que estes elementos combinados ao controle do excedente por parte do senhor tornaram-se obstáculos para o surgimento de novas formas de relação de produção.

Questiona Sweezy (p.55) a explicação de Dobb em relação a geografia da segunda servidão e argumenta que a expansão do comércio resultou na intensificação das formas antigas de exploração e não em novas formas de servidão.

Confirma-se que estes autores divergem sobre o processo de desintegração do feudalismo. Neste sentido enquanto que para Dobb o declínio feudal na Europa ocidental decorreu da superexploração da força de trabalho pela classe dominante à qual ansiava pelo aumento de receitas; para Sweezy o declínio decorreu “da incapacidade da classe dominante para manter o controle sobre a força de trabalho da sociedade e, em decorrência, para superexplorá-la” (p.56) declarando que o comércio com outras regiões foi capaz de impulsionar a crescente extravagância da classe parasitaria.

Continuando o debate para encontrar respostas sobre a origem do capitalismo, ressalta Sweezy (p.58) que durante o século XV e XVI existia um sistema de “produção pré-capitalista de mercadorias” e que Dobb não conseguiu provar que a servidão deixara de ser a relação dominante na Europa ocidental nesse período. Para melhor sustentar suas idéias, cita Marx (1984) quando este afirma que na Inglaterra a servidão praticamente desapareceu na segunda metade do século XV, a partir de então os camponeses se tornaram livres.

A interpretação de Sweezy sobre a “via realmente revolucionária” referida por Marx difere de Dobb na medida em que este autor sustenta que a transição ocorreu na pequena produção (p.64) e Sweezy interpreta o significado da via revolucionária referida na teoria marxista considerando que

era abertura, por parte dos que dispunham de capital, de empreendimentos integralmente capitalistas, sem passar pelos estágios intermediários da produção (isto é, o *putting-out system*, a distribuição das matérias-primas aos artesãos, que as beneficiava em suas casas), encontraremos sem dificuldade, creio eu, abundantes provas que o confirmem (SWEEZY, 2004, p.67).

Assim, mais uma vez, sublinha-se que para Sweezy a resposta para a origem do capitalismo encontra-se no grande modo de produção, ou seja, que o capital comercial foi capaz de destruir o antigo modo de produção feudal.

Na réplica para Sweezy sobre a questão da transição, M. Dobb retoma sua definição de feudalismo associada com servidão concordando ser uma definição ampla (p.72), mas discorda que esse sistema era “um sistema de produção para uso”, justificando que havia uma relação de coação fundamentada “na extração direta do trabalho excedente dos produtores pela classe dominante”, à qual as forças produtivas estavam subordinadas.

Defende Dobb que o feudalismo na Europa ocidental era específico; reconhece que a sociedade feudal tinha caráter estável embora isso não signifique que a mesma não tinha suas contradições internas.

A respeito da luta de classe dos camponeses contra os senhores, salienta que a mesma possibilitou que fosse modificada “a dependência do pequeno modo de produção em relação à suserania feudal e, com o tempo, libertar o pequeno produtor da exploração feudal” (DOBB in SWEEZY, 2004, p.74).

O historiador japonês Kohachiro Takahashi (2004), ao localizar as questões do debate, apresenta importantes contribuições reveladas por Dobb (1986) sobre a gênese do capitalismo. Primeiramente também não concorda com Sweezy (2004) que a servidão seja vista como algo separado do feudalismo, pois concorda

que a transição do feudalismo para o capitalismo resultou da “mudança na forma de existência social da força de trabalho” (TAKAHASHI in SWEEZY, 2004, p.88).

Takahashi (2004) reconhece a importância da teoria de Dobb (1986), e a relevância, dada por ele, no processo que resultou na diferenciação social. Destaca, ainda, que o valor da teoria dobiniana está na investigação daquilo

que se formava dentro da classe dos próprios pequenos produtores de mercadorias no processo de se libertarem da propriedade feudal do solo, ou seja, ele procurou essa origem naquilo que se gerava na economia interna do corpo dos pequenos produtores; e, portanto, que ele tenha atribuído alto valor ao papel desempenhado por essa classe de pequenos e médios produtores de mercadorias como agentes principais da produtividade no estágio inicial do capitalismo (TAKAHASHI, 2004, p.110,111).

De fato, continuando a defesa da sua teoria, Dobb sustenta que a diferenciação social desencadeada no interior do sistema feudal foi determinante para o nascimento do capitalismo.

Dobb (1986, p.97) destaca, também, a importância do aparecimento da figura do “mercador – empregador que subordinava a massa de artesãos”.

Todavia este autor tem clareza que a transição não foi um processo simples; reconhece que os elementos capitalistas existentes no interior do feudalismo foram se fortalecendo até romper e surgir o capitalismo. Neste sentido argumenta que

Na medida em que os pequenos produtores conseguiam emancipação parcial da exploração feudal – talvez no começo um mero abrandamento (como a transição de renda - trabalho para renda – dinheiro) – eles podiam guardar para si mesmos uma parte do produto excedente. Assim obtinham os meios e a motivação para melhorar o cultivo e ampliá-lo a áreas novas, o que incidentalmente serviu para aguçar mais ainda o antagonismo contra as restrições feudais (DOBB in SWEEZY, 2004, p.212).

Então, conforme afirmou Sweezy, que o período não era “nem feudal e nem capitalista”, Dobb mesmo concordando que era um período pré-capitalista enfatiza que Sweezy não respondeu qual era a classe dominante durante o período de transição. Dobb (2004 p.78), em sua replica, afirma que a classe dominante ainda era feudal e utilizava “métodos feudais de exploração do pequeno modo de produção” para manter sua renda. Mesmo que esta classe tivesse interesse pelo comércio, as pressões senhoriais ainda dominavam as relações econômicas, porque nesse período não havia mercado livre de terras e nem mobilidade de trabalhadores livres.

Para Dobb (1986) a explicação para o declínio feudal é decorrente da interação do crescimento das cidades e do comércio, embora sua ênfase esteja nas contradições internas à qual originou um processo de diferenciação social no pequeno modo de produção. Ao defender que a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista se originou no pequeno modo de produção, admite que este ponto merece mais pesquisas e assim justifica

Acumulam-se provas de que dificilmente se pode superestimar o significado da ação do *kulak*¹⁰ na aldeia. Há sinais dele desde data bastante remota, contratando o trabalho do agregado mais pobre e, no século XVI, experimentando novos e melhores métodos de agricultura bastante extensa. Recentemente historiadores desse período ressaltaram como característica do desenvolvimento inglês na época dos Tudor a facilidade com a qual esses agricultores *kulaks* subiram para a pequena nobreza, comprando senhorias e engrossando as fileiras dos nobres rurais (DOBB in SWEEZY, 2004, p.80).

¹⁰ Grupo de camponeses bem sucedidos do Império Russo.

Como já foi mencionado, o debate sobre transição capitalista também é a temática de estudos de Robert Brenner.

A continuidade do debate encontra-se no livro *“El debate Brenner: Estructura de clases agrarias y desarrollo económico preindustrial”* (1988). Por intermédio desta literatura é possível conhecer o declínio feudal e a origem do capitalismo sob outra perspectiva, porém ressalta-se que esta concepção teórica não difere da abordagem marxista.

Artigo publicado em 1976 representou a possibilidade de que o debate sobre a transição tivesse continuidade entre aqueles interessados em conhecer as causas da origem da transição, assim como o surgimento das formações capitalistas européias.

Na sua busca das respostas para entender a gênese do capitalismo, Brenner critica P. Sweezy e em alguns pontos aproxima-se da teoria dobiniana, principalmente no que se refere às lutas de classe.

Em sua abordagem conceitual, defende R. Brenner (1988) que a desestruturação do modo de produção feudal foi impulsionada pelas novas estruturas sociais, decorrentes das novas relações de classes, que se originaram no campo, isto é, no interior da pequena produção agrária.

Brenner (p.22) concentra seus estudos na Europa Ocidental, entre o século XII e XVIII. Inicia sua investigação a partir das estruturas sociais que existia na sociedade feudal, analisa as formações sociais de forma diferenciada, articulando-as de modo historicamente unificado.

Em suas análises trata da questão da transição, desde a Baixa Idade Média até o início da Idade Moderna, tendo como o principal o resultado do conflito de

classes. Segundo ele, faz-se necessário entender

“la reafirmación de las relaciones de propiedad tradicionales o su destrucción, con el consiguiente surgimiento de una nueva estructura social, lo que de forma más amplia se conoce como la transición del feudalismo al capitalismo” (BRENNER, 1988, p.24).

A ênfase interpretativa deste teórico para a desintegração feudal fundamenta-se na abordagem social. Criticando o modelo demográfico e o modelo mercantil como resposta para a formação do capitalismo, apresenta justificativa para classificá-los de determinista e economicista.

Assim, para se entender a questão da transição sob outra perspectiva teórica, Brenner propõe um debate colocando em prova o modelo malthusiano e o modelo mercantil como resposta para o declínio feudal.

De acordo com a perspectiva malthusiana, a desintegração feudal ocorreu porque houve “incapacidad econômica para mejorar La productividad agrícola” e, também, porque “La propensión natural de la población a aumentar com uma oferta de tierra limitada” (BRENNER, 1988, p.26).

Para os malthusianos, o declínio feudal é justificado pelo mecanismo de auto-correção do sistema, ou seja, a relação senhor-camponês era determinada pela oferta de terras marginais, resultado da falta de investimento na agricultura, o que posteriormente causou elevação no preço dos alimentos e alta nas rendas. Assim, de acordo com a lógica do modelo demográfico, essa dinâmica gerou, em longo prazo, a subdivisão da terra que resultou na fome, na escassez e no decréscimo populacional, entre 1050 e 1800.

R. Brenner (1988) argumenta que este modelo explicativo não analisa a questão de acordo com a abordagem social. Sabe-se que a abordagem social considera as transformações significativas ocorridas nas relações de classe, originárias da distribuição de renda e do crescimento econômico. Verifica, também, que o conflito decorrente da distribuição da propriedade da terra

determinou o estabelecimento de rendas fixas e a continuidade do direito de posse. Considera, também, que a classe dominante assegurou o poder por intermédio do controle dos matrimônios e da mobilidade dos servos, exigindo que estes, pagassem pelo direito do uso da terra (p.28).

A crítica de Brenner à interpretação demográfica se refere às generalizações deste modelo para explicar os períodos de crescimento e decréscimo econômico no continente europeu, durante o período de transição do feudalismo para o capitalismo. Alerta, este autor, sobre a importância de se entender os conflitos de classes e diferenciar o ciclo demográfico e suas diferentes etapas econômica e assim, melhor entender os elementos responsáveis pela transição (p.31).

Nos seus argumentos, cita Postan e Le Ray Laudurie (1988), teóricos que analisam a questão da desintegração feudal sob a perspectiva demográfica. Afirma Postan que o desenvolvimento da população, no século XII, determinou um período de melhora na relação senhor-campones, tanto em relação ao arrendamento moderno, quanto em relação ao direito consuetudinário tradicional. E, para esse autor, posteriormente, o decréscimo populacional ocorrido no século XIV e XV, resultou na queda da produção gerando a fome e a peste. Assim, de acordo com essa matriz teórica, com a diminuição do número de camponeses, devido as catástrofes, o nível da renda senhorial decaiu e a mobilidade do camponês passou a ser limitada, o que resultou no aumento da servidão (p.39).

Relembra Brenner que L.R. Laudurie analisa a questão da transição a partir das reflexões de Postan. Porém, este enfatiza que no final do século XV, a servidão não existia mais na Inglaterra, como também em grande parte do território francês.

Em relação ao modelo mercantil, Brenner (p.39) contesta que a força do mercado determinou a queda na servidão e a posterior troca da renda trabalho por renda dinheiro, resultando no surgimento de arrendatários livres.

Brenner (1988) faz uso do método analógico e em sua análise comparativa, parte da ascensão do capitalismo agrário e do crescimento da produtividade da agricultura na Inglaterra, posteriormente relacionando com a queda da

produtividade na França. Seus argumentos teóricos, vão além de uma explicação econômica, analisando a questão da transição a partir dos conflitos de classe, seus distintos resultados, em diferentes lugares, que decorreram da crise de acumulação da produção camponesa e das possibilidades de subsistência dos camponeses (p.50).

Sustenta que as formações sociais se distinguem. Apresenta como exemplo a França e suas diferenciações, em relação a Inglaterra, no que se refere aos resultados do crescimento demográfico. Na França gerou uma intensa fragmentação da terra, enquanto que na Inglaterra gerou concentração de terra, cada vez maiores que passaram para as mãos de um arrendatário que, para cultivá-la, fez uso do trabalho assalariado (p.38).

Em sua análise comparativa Brenner (1988) também investiga a intensificação da servidão na Europa oriental, em relação a decadência na Europa ocidental. Também faz uso do método analógico para compreender como ocorreu a ascensão do capitalismo agrário na Inglaterra, relaciona a combinação dos elementos que contribuíram, ou impediram um progresso agrícola. Enfatiza que as condições e os diferentes resultados foram capazes de atrasar o surgimento de um novo modo de produção na França (45).

Ao afirmar que as novas relações de classe, surgidas no campo, foram responsáveis pela destruição da servidão e pela consolidação, com rapidez, da classe dos “yeomens”, Brenner aproxima-se da teoria dobiniana.

Explica, também, que a estrutura de classe, surgida na Inglaterra, senhor/ grande arrendatário capitalista/ trabalhador assalariado foi a chave para o desenvolvimento inglês, sendo que a derrota dos camponeses para conseguir terras livres, fez com que os senhores pudessem aumentar seus domínios e arrendá-los a arrendatários capitalistas (oriundos das classes dos yeomens), que fizeram investimentos para desenvolver a agricultura (p.66). Afirma que a aliança entre arrendatários capitalistas e senhores tornou possível, ao arrendatário, assegurar suas próprias rendas, o que evitou a alta excessiva da renda senhorial. Essa dinâmica de investimento na produtividade agrícola, na Inglaterra, impediu a repetição da crise econômica, geral do século XIV (p.69).

Brenner evidencia que “una revolución agrícola basada em el surgimiento de relaciones de clase capitalista em el campo, permitió a Inglaterra convertirse en el primer país que experimento la industrialización “ (BRENNER, 1988, p.72).

Em relação a França, aponta que o Estado centralizado, a longo prazo, limitou a renda dos senhores feudais e ajudou os camponeses, para evitar que os camponeses pagassem impostos maiores, o que gerou desagregação da condição servil e a consolidação da propriedade campesina (p.73). Isso explica o desenvolvimento da condição de mutua dependência entre o Estado francês e o campesinato.

Assim, de modo diferenciado, na Inglaterra a centralização monárquica, que se desenvolveu a partir do final do século XV, estava associada a classe senhorial. O campesinato inglês conseguiu sua liberdade, a partir do século XV, por intermédio de resistências ou de fugas, mas fracassou em relação a garantia de seu acesso a terra. Posteriormente, com a intenção de assegurar a ordem social e estabelecer as condições necessárias para que ocorresse o desenvolvimento econômico, alguns setores da nobreza e a *gentry* fizeram uso dos cercamentos, pratica que resultou na concentração do capitalismo agrário (p.77).

Ao referir-se a estrutura fundiária francesa, o autor questiona novamente os modelos malthusiano e mercantil, afirmando que a estrutura da propriedade, naquele lugar, não resultou do aumento demográfico ou do aumento do preço dos grãos, determinados pelos mercados dos séculos XVI e XVII, mas que devido a essas condições os senhores se aproveitaram do Estado exportador para aumentar o preço da terra e dos alimentos e, conseqüentemente, fazer melhorias e incrementos na produtividade, tornando possível a concentração de terras de tal modo que “Este procedimiento redujo la posibilidad de un progreso agrícola por parte de los campesinos, puesto que éstos apenas tenían suficientes médios para invertir uma vez pagada la renda” (BRENNER, 1988, p. 80).

Ressalta Brenner que tal situação de concentração, combinados, resultou em processos diferenciados. Na Inglaterra este processo ocorreu de modo diferente porque os senhores incrementaram suas rendas por intermédio da

cooperação com seus arrendatários e estes arrendatários aumentavam seus domínios investindo em melhorias e capital e, também, por meio da participação nas despesas com o produto total e pela exploração exercida sobre seus camponeses (p.80).

Ao continuar diferenciando a formação social da Inglaterra e da França, Brenner questiona como o desenvolvimento econômico imposto na estrutura de classe na França desencadeou num fracasso na produtividade agrícola daquela região e na incapacidade de desenvolvimento de um mercado interno, assim concluindo

Por tanto, irónicamente, cuanto más completos eran los derechos de libertad y propiedad, mayor pobreza y atraso generaban em la población rural. Mientras que em Inglaterra, fue precisamente la ausencia de tales derechos lo que facilito la puesta em marcha de um desarrollo económico real (BRENNER,1988, p.81).

Reafirma-se que seus argumentos para explicar o declínio do sistema feudal questionam a abordagem circucionista e apontam as lutas de classe, resultante da exploração do camponês por parte do senhor feudal, como resposta para o desaparecimento do antigo modo de produção. Alerta, também, que a explicação sobre o declínio demográfico homogeneiza as formações sócio-espaciais.

Outra importante literatura marxista sobre a origem do capitalismo está presente no artigo “Una Crisis en el Feudalismo” de R.H. Hilton, contida no livro “El debate Brenner: Estructura de classes agrárias y desarrollo económico preindustrial” (1988). Neste artigo Hilton recorre a Maurice Dobb e Guy Bois para ampliar sua análise sobre a transição capitalista, representando outra

possibilidade de se conhecer o declínio feudal assim como a origem do capitalismo.

Este teórico também considera relevante a dialética interna do sistema feudal, desconsidera a hipótese que a produção de mercadorias é o único fator desintegrador do antigo sistema, ou seja, não considerada que o incremento do comércio foi capaz de descaracterizar o sistema feudal.

Para Hilton (1988 p.144) a primeira crise do sistema feudal ocorreu na base agrária, entre o século XIV e XV. Concorde com Dobb em relação aos motivos da crise, ou seja, quando este se refere aos gastos e ostentação da Corte juntamente com as despesas com as guerras que iam se tornando cada vez mais caras; concorda, também com a premissa que se refere à falta de investimento por parte do senhor em técnicas que permitissem melhora na produção agrícola.

Este autor aproxima-se do modelo demográfico no ponto em que se refere à diminuição da renda do senhor, associada à diminuição demográfica e aponta que devido a peste bubônica tornou possível alterar a relação terra-trabalho e “la presión ejercida por los campesinos para reducir las rentas tuvo buenos resultados después de la revuelta de 1381” (HILTON, 1988, p158).

Assim, de acordo com as hipóteses de Hilton, o resultado da queda da renda do senhor feudal foi uma inversão social, pois na medida em que o senhor estava empobrecendo, o camponês ia enriquecendo. Argumenta ainda, que houve prosperidade na pequena produção enquanto a renda da aristocracia decaía, aproximando-se da teoria dobiniana.

Ao explicar a origem do capitalismo, afirma que

“Las familias de campesinos ricos, ahora convertidos en ganaderos y en grandes arrendatarios, ya no ejercían como intermediarios entre los señores y las comunidades de enfiteutas. Ya no eran los líderes potenciales de la resistencia” (HILTON, 1988, p.162).

Nesta mesma lógica a mudança na base agrária acarretou mudança nas demais estruturas feudais, ressaltando Hilton que a produção de mercadorias em

pequena escala, decorrentes da agricultura e do comércio industrial, foram relevantes para que ocorresse a acumulação de capital (p.163).

Reforça-se que para esse teórico o incremento do comércio internacional não pode ser considerado determinante para a desintegração do sistema feudal. Sustenta que o agente desintegrador inicia-se na modificação das estruturas agrárias.

Evidencia-se que os debates de Brenner e Hilton aproximam-se mais do debate de Maurice Dobb quando estes se referem ao declínio do feudalismo, embora Hilton também trabalhe com o modelo demográfico.

A ênfase desses autores está no modo de produção, nas relações de produção, aproximando-se da categoria de análise marxista de formação sócio espacial/pequeno modo de produção; enquanto que Sweezy é mais circulacionista, pois explica a transição através da expansão de mercado e através da economia de mercado, fundamenta-se no grande modo de produção.

Reconhece-se a importância da literatura marxista para possibilitar a compreensão do declínio do modo de produção feudal. A pesquisa nos livros didáticos sobre esta temática é uma tentativa de se articular o debate sobre a transição ao conteúdo pedagógico e, dessa maneira, assegurar aos educadores o conhecimento das reflexões sobre as origens do capitalismo e as possíveis respostas encontradas para explicar esse período histórico.

A próxima etapa da dissertação explica como se iniciou o interesse sobre essa temática e qual sua importância no contexto pedagógico.

3.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TEMÁTICA PESQUISADA

Estudar a transição por intermédio dos autores citados anteriormente, entre outros marxistas, significa reconhecer a possibilidade de articular os conceitos geográficos com o conceito de formação sócio-espacial enquanto categoria de análise e método de trabalho. Sublinha-se que este método pode ser aplicado no estudo de todas as sociedades na medida em que expressa a organização do espaço dos homens em períodos históricos distintos (SANTOS: 1986).

Lembrando que o geógrafo Milton Santos, ao privilegiar a temática social numa abordagem marxista, orienta um novo método para a geografia, onde se torna possível refletir sobre definições equivocadas como, por exemplo, a tese circucionista.

Este modelo circucionista considera que, por exemplo, na Europa, a partir do século XI existiam apenas duas formações sociais: uma na qual o camponês trabalhava na produção do senhor e outra na qual o camponês pagava arrendamento da terra.

Também Mamigonian (2005, p.245), ao se referir sobre a formação social e a geografia humana, propõe a formação sócio-espacial como categoria de análise a ser aplicada nos estudos geográficos. Recorda que os geógrafos, em sua maioria, a partir dos anos 1970 adotaram como fundamentação teórica metodológica, o materialismo histórico dialético. Concepção teórica que trabalha o espaço como o lugar onde as relações de produção definem o modo dos indivíduos ou dos grupos sociais se organizarem.

Ainda nesta mesma perspectiva dialética reforça R.Pereira que a formação sócio-espacial

“promove a aproximação entre a história e a geografia, ao mesmo tempo em que favorece a consideração da dimensão histórica na geografia e da dimensão geográfica ao longo da história, numa complementaridade que permite ultrapassar a simples aparência fragmentária do espaço” (PEREIRA, 1986, pp.101, 102).

Nesta concepção de espaço, visto como produto histórico e lugar onde ocorrem correlações de forças entre diferentes classes sociais, implicam em uma visão que propicia o conhecimento das diferentes regionalizações; condição necessária para a categoria de análise de formação sócio - espacial.

A literatura marxista, conforme já foi argumentado, contribui para a compreensão da questão da transição numa dimensão mais ampla, mesmo que existam outros modelos explicativos para o período pré-capitalista.

O ponto de partida para a investigação desta temática partiu dos estudos, das reflexões e das discussões realizadas na disciplina “Nações e Regiões: trajetórias do desenvolvimento” e posteriormente na disciplina “As origens do capitalismo: uma leitura a partir da categoria de formação sócio-espacial”. Ambas as disciplinas tinham como principal objetivo *percorrer o debate acerca das diferentes origens do modo de produção capitalista, fundamentadas na categoria de análise marxista de formação econômica social e espacial*. A partir de então se sentiu a necessidade de dar continuidade na pesquisa sobre a transição feudalismo/capitalismo no contexto escolar como uma possibilidade de trazer o debate sobre a transição a partir de uma perspectiva marxista.

Posteriormente, os materiais didáticos de Geografia e História pesquisados, as entrevistas com os educadores e as leituras dirigidas contribuíram para ampliar a compreensão desta temática, assim como refleti-la em minha prática pedagógica.

Assim, deu-se continuidade, na investigação da temática proposta, à pesquisa sobre o processo de transição fundamentado na categoria de análise marxista de formação social/ pequeno modo de produção, objetivando diferenciá-la da leitura circulacionista, positivista.

A seguir apresenta-se uma síntese da temática sobre a transição na

perspectiva teórica marxista, assim como uma análise comparativa entre o processo da formação social européia e da formação social brasileira. Mesmo que em diferentes tempos históricos esta comparação representa uma possibilidade de verificar a dinâmica interna que gerou o capitalismo.

3.2: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dobb fez a crítica da teoria do capital comercial que até 1946 era a teoria dominante. Ao oportunizar revisões bibliográficas sobre as causas da desintegração feudal e a identificação do germe do capitalismo no período denominado de transição, a teoria dobiniana assinala uma época.

Um dos principais pontos da teoria dobiniana está no questionamento sobre a expansão do comércio e ascensão do mercado, ou seja, a circulação de mercadorias como único elemento desintegrador do feudalismo. Defende essa teoria que a proximidade dos mercados não justifica a desintegração da economia feudal e, por conseguinte, parte do pressuposto que as relações de produção e as relações internas existentes no próprio feudo combinadas às lutas de classe foram capazes de gerar o modo de produção capitalista.

Sintetiza a teoria dobiniana que o período de transição é aquele no qual o trabalho ainda não era assalariado e, mesmo que os trabalhadores vendessem o produto do seu trabalho, eles não vendiam seu trabalho, pois esta era a etapa em que os artesãos eram donos de suas oficinas, das ferramentas e da matéria-prima, embora ainda o senhor feudal estivesse no poder e controlasse os conflitos sociais (DOBB, 1986).

Constata-se que esta teoria considera os fatores internos e externos responsáveis pela desintegração do sistema feudal, entretanto a ênfase explicativa está sustentada na contradição interna que, acentuadas, resultaram na

expropriação do camponês desencadeando o processo de acumulação primitiva.

A acumulação primitiva, que num primeiro momento se deu por intermédio da acumulação de títulos e bens, os quais posteriormente foram transformados em meios reais de aplicação dessa propriedade, é considerado o processo inicial que desencadeou na separação do produtor da terra, assim como dos seus meios de produção (MARX, 1984). Há necessidade de trazer novamente o debate sobre a Transição feudal/ capitalismo tendo como base teórico-metodológica a categoria marxista de Formação Econômico-Social (FES), conceito fundamental para se compreender as bases históricas do desenvolvimento regional desigual na Europa ocidental, a partir do século XI.

Faz-se necessário, também, que o educador possibilite que seus educandos reconheçam a transição, ou alguns elementos responsáveis pelo aparecimento do modo de produção capitalista no lugar em que vivem.

Sabe-se que geógrafos, historiadores, economistas que estudam essa temática nem sempre oferecem respostas sobre desintegração do modo de produção feudal articulada às estruturas feudais, dentro de um contexto econômico e social.

Detecta-se que a ênfase explicativa para esse período histórico fundamenta-se no capital comercial.

Para identificar qual abordagem conceitual os autores dos livros didáticos de Geografia e de História privilegiavam e como os educadores encaminhavam este conteúdo nos seus procedimentos metodológicos, procurou-se reconhecer os modelos teóricos explicativos sobre a temática em questão.

Assim, de modo sintetizado, se pode dizer que o modelo mercantil é a explicação dominante. Este modelo teórico defende que o capitalismo teria surgido do impulso do comércio através da produção e comercialização de mercadorias que, combinadas com os avanços tecnológicos, resultaram num processo de urbanização crescente. Quanto ao modelo demográfico, resumidamente, se pode dizer que este explica a origem do capitalismo como consequência imediata de certos ciclos de crescimento e declínio da população europeia, a partir do século XI, considerando também a Peste Negra do século XIV como um marco

referencial para o declínio feudal.

No sentido de ampliar a compreensão sobre a temática da Transição e, assim identificar os elementos responsáveis pela crise estrutural do feudalismo, buscou-se através das entrevistas com os educadores revelar qual a concepção de aprendizagem em relação a este tema o educador prioriza.

Ao examinar a questão da Transição nos livros didáticos selecionados para a pesquisa, confirmou-se que o modelo mercantil é a explicação sobre o declínio feudal mais adotada pelos autores dos livros didáticos.

A proposta de sublinhar os modelos explicativos sobre a Transição teve a intenção de oferecer uma reflexão para os autores dos livros didáticos e educadores destas áreas do conhecimento acerca dos elementos pré capitalista surgidos em formações sócio-espaciais específicas.

Conclui-se que a escolha da literatura marxista para entender o período de transição feudal/capitalista deve-se ao fato de que esta não se resume ao capitalismo comercial, partindo sim de uma perspectiva teórica que prioriza o entendimento das formações sócio-espaciais dos lugares.

Estudar a Transição na perspectiva teórica de formação sócio-espacial/pequeno modo de produção evita que sejam reforçados alguns equívocos, tais como “comércio é sinônimo de capitalismo”, ou ainda, que o “capitalismo surgiu nas cidades”.

Neste sentido é necessário rever a noção equivocada de que as cidades e o capitalismo surgiram simultaneamente. Sobre esse equivoco diz Harvey (1980, p. 215) que “grande parte do excedente extraído não estava concentrado geograficamente em uma forma urbana – ele permaneceu disperso através do sistema feudal”.

Reconhece-se que comércio e cidades são elementos anteriores ao capitalismo e que na sociedade feudal o comércio não desapareceu. Destaca-se, também, que as cidades medievais eram a continuidade do poder do senhor

feudal (DOBB, 1986).

Assim, mais uma vez, valoriza-se o conceito de formação espacial, derivado da análise marxista (FES), desenvolvido por Milton Santos na década de 70, como uma importante contribuição para a revisão epistemológica da Geografia, no sentido em que o autor utilizou o conceito marxista de formação econômica e social (FES) para fundamentar sua interpretação sobre a formação social de espaços distintos.

Esta interpretação apresenta a possibilidade de estudar as formações econômicas e sociais como um meio de entender uma sociedade em sua totalidade, permitindo compreendê-la em suas especificidades de formação ou de diferenciações com outras sociedades, portanto, reforçando a concepção de aprendizagem em que espaço e sociedade estão inter-relacionados (SANTOS,1982).

Os recortes histórico-geográficos, articulados entre si e a um contexto mais amplo possibilitam a revisão de novos paradigmas, em especial na Geografia, para que as sociedades atuais sejam repensadas em suas novas formas de produção de capital bem como em suas crises e contradições.

Mamigonian (1999) questiona as tendências atuais da Geografia, valoriza a importância de se recuperar a visão de totalidade e aponta os paradigmas de formação sócio-espacial e geosistema como método a ser aplicado para se estudar um espaço geográfico.

Nesta mesma concepção de totalidade e utilizando o método analógico, sem desconsiderar a abordagem histórica, procura-se entender o processo interno de formação social brasileira articulado à uma linha interpretativa derivada de uma formação maior.

A relevância do método analógico para se entender um sistema em nível local, regional e global, considerando sua dinamicidade, está em que esta reflexão teórica assegura enxergar o desenvolvimento regional desigual, pois parte da dialética entre as semelhanças e diferenças no interior de uma formação social

que, ao serem comparadas e analisadas apresentam respostas para entender a especificidades regionais.

A exemplo desta concepção de análise interpretativa e a respeito do entendimento do papel da geografia na atualidade, R. Pereira assim escreve

para se entender a geografia de hoje é necessário um retorno ao passado – uma das exigências da geografia no momento presente é, sem dúvida a historicização, pois a história transformou-se em método de análise e em forma de compreensão válida para numerosos ramos do conhecimento (PEREIRA, 1999, p.57).

É possível constatar a utilização do método analógico na teoria gramsciana. Sua análise comparativa revela os elementos que justificam os fatores que levaram ao fracasso das esquerdas na Itália durante a construção do fascismo e dos fatores responsáveis pela implantação do socialismo na Rússia. Por intermédio do método analógico Gramsci (2005) estuda organizações políticas específicas. Parte das observações do contexto do sistema capitalista europeu e analisa a influencia nos demais continentes dessas organizações, relacionando-as a categoria de revolução passiva.

Também Gramsci (1995) quando analisa a mudança nas formações sociais européias, em distintos contextos históricos, na sua obra intitulada *Os intelectuais e a organização da cultura*, nos permite conhecer importantes manifestações dos elementos históricos na organização política e econômica de países como a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Itália e a Rússia (p.18).

Gramsci (1995, p. 17) registra a ocorrência destes fenômenos, afirmando que, na França o aparecimento de um novo grupo de intelectuais lutava “pelo domínio total da nação, sem efetivar compromissos essenciais com as velhas classes, mas, pelo contrario, subordinando-as às próprias finalidades”, e que na Inglaterra, ocorreu de maneira diferente, pois a nova classe dominante se uniu à velha aristocracia, ou seja, a categoria social dos intelectuais tradicionais é assimilada por um novo grupo social que passou a manter o poder político e econômico.

Explica, também, que na Alemanha o desenvolvimento industrial ocorreu igual na Inglaterra, porém os jukers (nobreza prussiana, proprietária de terras), embora tivessem poder econômico sobre a terra, assim como os latifundiários ingleses, eram uma camada formada por um grande exército organizado, capaz de manter o espírito de grupo e de assegurar o monopólio político (p. 18).

O estudo das formações sociais européias, por intermédio da teoria gramsciana, representa uma possibilidade de reinterpretação do passado político, cultural e econômico, que ao ser trabalhado por intermédio do método analógico, sem nunca descuidar dos processos históricos, pode auxiliar, também, para entender a formação social brasileira.

Na Itália, durante o processo de formação capitalista, era visível a força da aristocracia latifundiária e a fragilidade da burguesia urbana como relembra Silva (2006, p.19). Daí Mamigoniam apresenta uma comparação

entre a questão regional no Brasil e na Itália (país que tão didaticamente preserva as duas heranças- mundo antigo nos latifúndios do sul e a solida pequena produção mercantil de origem medieval do norte industrializado), sugerindo ser característico da “maior parte do Brasil meridional”(em que ele inclui São Paulo), a mesma formação encontrada no norte italiano (SILVA apud MAMIGONIAM, 2006, p.19).

Silva (2006, p.19) valida a aplicabilidade do método analógico fazendo uso dele em seus estudos sobre a gênese de acumulação capitalista no Sul do Brasil e, ao se debruçar sobre a gênese dos capitalistas industriais numa perspectiva não circulacionista, justifica que a verdadeira comparação necessita ser feita “entre diferentes formações sócio-espaciais, mais do que, propriamente, entre atores sociais (*artesões e comerciantes*) que têm origem sócio-econômica aproximada”.

A transformação que teve início na Inglaterra a partir do século XI foi um processo de desenvolvimento desigual que transformou o antigo modo de produção, se expandindo, posteriormente, para o continente e influenciando na geografia das demais formações sociais.

Estudos já demonstraram que a passagem para o modo de produção capitalista, em diferentes momentos históricos, no continente europeu, que resultou na mudança no critério de posse, foi um longo processo e não teve uma homogeneidade. No entanto este processo de regionalização foi se desenhando, através das formações sociais de produção, com suas especificidades, articuladas a totalidade histórica.

Na Inglaterra a transformação que deu origem na formação capitalista é considerada o caminho realmente revolucionário, conforme Marx argumenta em sua teoria e expressa em seus estudos sobre a acumulação primitiva. Naquele país o capitalismo se desencadeou entre o pequeno produtor e o pequeno artesão que foi se tornando um empregador capitalista e passa a expropriar o camponês e artesão que não prospera devido, as condições do solo e necessidade crescente de conseguir crédito para fazer investimentos.

Esta via da transição é considerada a via clássica, ou seja, a via pela qual o pequeno produtor bem sucedido (os yeomen) altera o antigo modo de produção por intermédio da manufatura. Foi um processo onde o trabalho a domicilio foi se transformando em trabalho manufatureiro e, por conseguinte, na fábrica capitalista.

Assim, do final do século XVI até o final do século XVII, período da transição, a Inglaterra apresentava um crescimento notável na agricultura decorrente da diferenciação social, momento em que ex-servos se tornaram pequenos produtores e ao usufruir de um solo de melhor qualidade se tornaram mais competitivos para produzir alimentos e roupas para o mercado interno regional. Estes processos de mudança no modo de produção, oriundos da combinação do sistema doméstico, das manufaturas e das novas técnicas foram capazes de determinar a prosperidade do camponês e do artesão prospero que, aos poucos foi se transformando em empregador capitalista. (DOBB, 1986).

Na França, explica Brenner (1988, p.73), que, no início da Idade Moderna, a transformação agrária fracassou porque o sistema de posse da terra por parte do camponês era muito sólido, o Estado francês era centralizado e representava um fenômeno de classe na medida em que competia como os senhores na extração de excedentes que os camponeses produziam. O Estado francês, a fim de limitar a renda dos senhores, ajudava os camponeses a se libertar da servidão e a assegurar a propriedade. Mas os camponeses mesmo libertos não eram fortes para enfrentar as pressões do Estado.

O surgimento da monarquia absolutista na França também é considerado por Dobb (1986) como fator de limite à reação feudal.

Posteriormente as revoltas camponesas, iniciadas no século XVI, na França, ocorreram contra o Estado, que ironicamente tinha impedido o desenvolvimento capitalista; e na Inglaterra ocorreram contra os senhores com o objetivo de defender a propriedade campesina que já tinha se desintegrado, resultado da usurpação capitalista (Brenner, 1988 p.75).

Brenner (1988, p.76) sublinha que na Inglaterra, desde o século XV, existia a centralização monárquica e que a partir desse período as instituições parlamentares se desenvolviam para atender os interesses dos senhores, logo os camponeses não tiveram ajuda do Estado inglês. Os senhores feudais impulsionaram os cercamentos os quais desencadearam na acumulação primitiva de capital para o pequeno produtor, neste processo o pequeno produtor ascende também politicamente e como grande arrendatário.

Neste processo de formação do capitalismo, verifica-se que a estrutura da propriedade na Inglaterra se definia pela grande extensão de terra enquanto na França se definia pela fragmentação da terra.

O triunfo do capitalismo se deu na Alemanha por intermédio da via reacionária, pois a transição ocorreu por intermédio dos senhores feudais que fazem a Revolução através do comércio. Essa via de transformação é também denominada por Lênin de via prussiana, ou seja, os próprios senhores feudais vão explorar os trabalhadores do campo a partir do momento em que se tornam produtores e tomam o poder do Estado latifundiário. A formação sócio-espacial do

Japão também é um exemplo de transformação do antigo modo de produção por intermédio da via prussiana, em ambas as formações o grande comerciante ascende politicamente.

Nas regiões europeias onde existia uma forte influencia do comercio, ocorreu a reação feudal, denominada por Engels de segunda servidão. A Rússia é um exemplo de formação social onde ocorreu a segunda servidão. A reafeudalização só foi rompida em 1917 com a Revolução, depois de ter passado por diferentes estágios de servidão do camponês.

Na Itália as manufaturas que tinham se desenvolvido no século XIV, desapareceram no século XV em consequência do empenho de Portugal e Espanha para trazer mercadorias do Oriente. O resultado deste processo teve como consequência o enriquecimento dos grandes comerciantes e a ruralização dos trabalhadores, os quais levaram a cultura da cidade para o campo (Marx, 1984). A Itália também é um exemplo de formação social onde ocorreu a coalisão de classes entre senhor feudal e comerciante.

O capitalismo demorou a se desenvolver nos lugares onde a terra era livre, a exemplo da Austrália.

O objeto de estudo dessa dissertação, o período de transição do feudalismo para o capitalismo, também teve a preocupação de ampliar a compreensão dessa temática com a finalidade de estabelecer correlações entre as formações sócio-espaciais da Europa ocidental com a formação do território brasileiro e seus distintos modos de produção.

A tentativa de se estabelecer comparações justifica-se na importância de sistematizar o saber geográfico articulado ao saber histórico evitando, assim, o equivoco de se trabalhar com categorias de análise as quais privilegiam tempo e espaço separados.

O feudalismo europeu teve suas especificidades e influenciou culturalmente a formação territorial brasileira, caracterizando o processo que explica as transformações históricas e suas implicações geográficas.

No inicio do século XIX, conforme sublinha Pereira (1997), começa um

período decisivo da formação social brasileira após chegar ao fim trezentos anos de colonização. Porém, enfatiza a autora, é preciso destacar que coube ao português expandir os domínios territoriais e impulsionar o comércio visto que a região estava habitada por grupos indígenas gerando uma transformação radical na estrutura da sociedade brasileira.

Resumidamente pode-se dizer que inicialmente a economia colonial estava voltada para o comércio externo e posteriormente o mercado interno começa a se desenvolver.

Para demarcar território, a Coroa portuguesa adapta para o Brasil o modelo de transição fundamentado na perspectiva mercantilista. Assim nosso país começa a fazer parte do processo de passagem de um modo de produção a outro, mesmo ainda não estivesse num processo de transição feudalismo/ capitalismo, denominado de via prussiana, no qual se destaca como principais características “o atraso, a resistência da nobreza feudal, a fragilidade da burguesia (que por isso se associa à nobreza agrária), o papel decisivo do Estado (que redundava na fragilidade do regime democrático) e a evolução das relações de produção “pelo alto”” (PEREIRA, 1997, p. 135).

Muitos estudos sobre a acumulação capitalista na formação sócio-espacial brasileira enfatizam apenas o aparecimento do capital comercial. Neste sentido consideram que a acumulação primitiva ocorreu só por intermédio do comércio.

Contudo é necessário considerar a combinação de processos econômicos e sociais para investigar a formação brasileira. E para estudar o processo de acumulação capitalista no Brasil é inadequado privilegiar apenas o grande modo de produção.

Os estudos de Silva (1999) revelaram que o grande capital comercial em Santa Catarina não foi um fator decisivo para o triunfo do capitalismo nesta formação social. Também Mamigonian, em anteriores estudos sobre a formação do capitalismo em distintas regiões brasileiras, destaca que, em Blumenau a acumulação teve início a partir da pequena produção mercantil, processo que desencadeou na divisão social do trabalho conduzido pelos pequenos comerciantes e pequenos artesãos mais prósperos.

No que se refere ao processo de industrialização em São Paulo, Mamigonian (1976, p.90) explica que essa região se originou em decorrência da expansão mercantil européia e, posteriormente, na segunda metade do século XIX “As sucessivas concentrações industriais do capitalismo europeu expulsaram do mercado artesãos, operários e pequenos empresários que vieram refazer suas vidas nas áreas de imigração”.

Concluindo, estabelece comparações entre as formações sociais européias e a formação social brasileira, para enfatizar que o pequeno produtor foi o elemento impulsionador do desenvolvimento econômico brasileiro. De acordo com essa abordagem conceitual, não cabe aceitar que o desenvolvimento brasileiro foi provocado pela economia cafeeira e pelo capital estrangeiro.

Assim, na organização do espaço brasileiro, decorrente do “desenvolvimento tardio e prussiano do capitalismo brasileiro”, período em que o Estado brasileiro era a principal fábrica capitalista, também está “presente uma estrutura artesanal-familiar que convive com importantes movimentos de concentração e centralização de capital, responsáveis pela formação de grandes grupos econômicos, (SILVA, 1999, p.109).

A relevância em conhecer as transformações ocorridas nas estruturas sociais e políticas da Europa ocidental está em reconhecer que o capital comercial era reacionário e não transformador e que a luta de classe ocorreu entre o grande capital comercial e o pequeno produtor, ou seja, a via realmente revolucionária é a via do pequeno produtor.

Entende-se que o método analógico, quando utilizado no estudo de distintas formações sociais e sem prescindir das particularidades históricas, possibilita termos uma visão universal. Sabe-se que através da visão de totalidade articulada à perspectiva de modo de produção e ao desenvolvimento histórico das sociedades, torna-se mais compreensível o estudo das combinações e dos jogos de força existente numa formação sócio-espacial, permitindo melhor explicar um processo histórico.

Daí Gramsci (1989, p.30) assinalar que “a comparação entre os vários países é das mais instrutivas e decisivas para se localizar a origem das causas de

transformação”.

Por ultimo afirma-se que esta dissertação representa uma contribuição para que o educador busque novas bibliografias sobre a questão da transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, procura-se estimular, também, que os mesmos se permitam a novos olhares para a dinâmica das sociedades.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADAS, Melhem. **Geografia: o mundo subdesenvolvido**. 5. ed., São Paulo: Moderna, 2006.

ASTON, T.H e PHILPIN, C.H.E. (orgs). **El debate Brenner: Estructura de classes agrárias y desarrollo econômico preindustrial**. Barcelona. Editorial Critica. 1988.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do LD no Brasil: da criação do programa nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. Tese de Doutorado em Educação. PUC-São Paulo, 2007. CAPES- Menção Honrosa.

CASTELLAR, SONIA. **Geografia/ Sonia Castellar, Valter Maestro**. 2. ed.- São Paulo: Quinteto Editorial, 2006.- (Coleção Geografia).

CASTRO, I. E. de GOMES, P.C.;CÔRREA, R.L (org) **Geografia: conceitos e temas**, Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1995.

CHÂTELET, F. **Hegel e a Geografia**. Trad. Raquel P.F do A. in Geosul. Revista do depto de Geociências- CCH. Universidade Federal de Santa Catarina nº7. Ano IV- Primeiro semestre de 1989. Editora da UFSC.

COTRIN, Gilberto. **Saber e Fazer História**, 7ª série. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**, 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

FARIA, Ana Lucia G. de. **Ideologia no livro didático**. São Paulo. Cortez: 1984.

FREITAG, Barbara. **O livro didático em questão**. São Paulo. Cortez: 1989.

GRAMSCI, A. **Cartas do Cárcere**. vol 2. Trad. e org. Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2005.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Guia de Livros didáticos PNLD 2008: **História** / Ministério da Educação. –

Brasília: MEC, 2007.

HARVEY, D. **A condição Pós- Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo. Ed. Loyola, 1980.

HECHTER, Michel e BRUSTEIN,William. **Regional Modes of Production and Patterns of State Formation in Western Europe**. In:American Journal of sociology. Vol. 85, nº5,1980.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções 1789-1848**; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**, Trad. Da 3ª ed., publicada em 1959 pela M. Review Press, Nova York, EUA, Rio de Janeiro. Ed. LTC,1986.

LIVDVIK, Caio. Entrevista com Jérôme Baschet, In: **Folha de São Paulo**, 17 de set. 2006, (Caderno Mais!).

MACIEL, Gisele Neves. **As Interpretações sobre a Industrialização na Região Sul do Brasil nos Livros Didáticos de Geografia PNLD 2005/2007**. Dissertação de Mestrado. PPGG. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

MAMIGONIAN, A. **Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista**. Revista de Ciências Humanas, v.1,1982.

_____. **Tendências atuais da Geografia** in Geosul, Florianopolis, v. 14, n.28, p.101-111, jul./dez. 1999.

_____. **O Processo de Industrialização em São Paulo**. Boletim Paulista de Geografia, nº50, março de 1976.

MARIUTTI, Eduardo B. **Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo, Editora Hucitec, 2004.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**, trad. Alves, M.H.B., 2ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**, trad. Maia, J.,5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **A burguesia e a contra-revolução**, trad. Chasin, J.,Dolores Prades, Me Aguiar, M.V.M. de, São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O Capital**: crítica da

economia política, vol. 1, t.2, trad. R. Barbosa e F.R. Kothe, 3ª ed., São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MERRINGTON, John. A cidade e o campo na transição para o capitalismo. In: **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5 ed. Trad.I. Didennot. Rio de Janeiro, 2004.

MOLINA, Olga. **Quem engana quem: professor x livro didático**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MOREIRA, João Carlos. SENE, Eustáquio de. **Trilhas da Geografia**, São Paulo: Scipione, 2006.

Parâmetros curriculares nacionais: **história e geografia**/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: A Secretaria,2001.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **O livro didático**. Revista Orientação, Departamento Geografia FFLCH/USP, nº 10, São Paulo, 1993.

PEREIRA, Raquel M. F. do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 3. ed. Florianópolis:Ed. Da UFSC,1999.

_____. **Formação sócio-espacial...** in Geosul:revista do Departamento de Geociências/ Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas- v1, n1(1º semestre, 1986)- Fpolis: Editora da UFSC, 1986.

_____. **A Geografia e as bases da formação nacional brasileira: Uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel**. – Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Fac. De Filosofia, Letras e Ciências Humana. Dep. de Geografia, São Paulo, 1997.

PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. **História e vida integrada**. Nova ed. reform. e atual. São Paulo: Ática, 2007.

PROJETO ARARIBÁ: **história/ obra coletiva**, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Maria Raquel A. Melani. - 1. ed.- São Paulo: Moderna, 2006.

PROJETO ARARIBÁ: **geografia/ obra coletiva**, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; ed. responsável Virginia Aoki. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2006.

RANGEL, Ignácio. **Economia: Milagre e Anti- Milagre**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

_____. **Obras reunidas/ Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **Feudalismo e propriedade fundiária**. In Historia e Ideal, org. M.A. D'Incão. Ed UNESP, 1978.

ROCKENBACH. **Geografia (Ensino Fundamental)**, São Paulo, Moderna, 2007. (Série Link do espaço).

SANTIAGO, Theo Araújo (org.). **Capitalismo transição**, São Paulo, ed. Moraes Ltda, ?

SANTOS, M. A formação social como teoria e como método. In: **Espaço e sociedade: ensaios**, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2001.

SCHMIDT, Mario Furley. Globo pressiona e MEC retirará livro didático das escolas. www.vermelho.org.br. Acesso em 20 de setembro de 2007.

SILVA, M.A. da. **Transição capitalista, industrialização e desenvolvimento urbano e regional: notas sobre o sul do Brasil**. In X Simpurb, Florianópolis, UFSC, 2007.

_____. **As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista do nordeste catarinense (uma nota crítica)** in Geosul, Florianópolis, v. 14, n.28, p.101-111, jul./dez. 1999

_____. **O processo de industrialização no sul do Brasil**. Cadernos geográficos, Florianópolis, nº15, maio 2006.

SOUSA, Ana Paula <http://www.cartacapital.com.br/2007/09/464/a-historia-como-ela-e>. 04/ 10 /07

SPOSITO, Maria E. Beltrão (org.). **Livros didáticos de Geografia e História: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

STAMPACCHIO, Leo. **História Ensino Fundamental**. São Paulo: Moderna, 2007.

SWEEZY, P. et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**, 5. ed., trad. Didonnet.,l.,Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VESENTINI, José William. VLACH, Vânia. **Geografia Crítica**, São Paulo: Ática, 2006.

VLACH, Vania Rubia Farias. **Geografia em debate**. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1990.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**, trad. Ribeiro, V. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ANEXOS

MODELO DE ENTREVISTA COM OS EDUCADORES:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
COORDENADORIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Prezado colega de Geografia e/ou História solicito que responda essas questões. Suas respostas serão muito úteis para minha pesquisa sobre **FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA.**

Mestranda Eloisa Barreto Klein.

ENTREVISTA:

Nome (opcional):

2. Qual é a sua formação?
3. Trabalha há quanto tempo com a disciplina?
4. Instituição em que trabalha?
5. Você analisa os textos e exercícios do livro que vai utilizar?
6. Qual o livro didático que você utiliza?
7. O livro que você utiliza apresenta explicações para o período de transição entre o feudalismo e o capitalismo? Como?
8. Você conhece o debate de M. Dobb e P. Sweezy sobre o período de transição do feudalismo para o capitalismo:
9. Você conhece o debate de Brenner sobre o mesmo tema?

10. Em relação aos livros didáticos utilizados no seu trabalho, responda **S** se for de modo satisfatório e **N** quando os autores não mencionam o conteúdo em questão:

- () o espaço geográfico é mostrado de modo homogêneo.
- () apresenta diferentes geografias destacando a singularidade dos lugares.
- () faz comparações das diferenças entre os países.
- () considera as lutas de classe nas formações sócio-espaciais.
- () relaciona conflitos com desigualdade social.
- () explica que os espaços geográficos são delimitados pelas relações sociais.
- () o declínio do mundo feudal resultou na formação do capitalismo.
- () o desenvolvimento do comércio foi o responsável pelo declínio feudal.
- () na Idade Média não havia “um motor” que dava dinamismo à sociedade (ou se tratava de uma sociedade estática).

11. É possível explicar as diferenças regionais existentes na Europa a partir de uma discussão sobre as formas de transição feudalismo - capitalismo? Justifique.

QUADRO Nº5: Interpretação da Transição nos Livros Didáticos.

| Coleções analisadas | Série em que se encontram elementos da transição | Interpretação da Transição nos livros didáticos |
|----------------------------------|---|---|
| Série Link do Espaço | 7 ^a | Ausente |
| Geografia | 7 ^a | Circulacionista |
| Geografia Crítica | 7 ^a | Ausente |
| Projeto Araribá/Geografia | 7 ^a | Circulacionista |
| Trilhas da Geografia | 6 ^a | Ausente |
| Série Link do Tempo/ História | 7 ^a | Circulacionista |
| Projeto Araribá/História | 6 ^a | Circulacionista, porém há uma proximidade com a teoria dobiniana. |
| História e Vida Integrada | 6 ^a e 7 ^a | Circulacionista |
| Saber e Fazer História | 7 ^a | Lutas de classe |
| Nova História Crítica | 6 ^a e 7 ^a | Circulacionista |

Elaboração da autora.